

# *Nox Populi, nox Dei* ou *¡Si, si, camarada, han pasado!* ou O Momento 2016: uma ressurreição do(s) populismo(s) na Europa e nos Estados Unidos? ·

Baptiste Grasset \*\*

*Não dedico este trabalho às memórias de Zbigniew Brzezinski (1928-2017) e de David Rockefeller (1915-2017).*

## **Resumo**

De alguns anos para cá, os analistas em ciências políticas e os jornalistas das mídias de massa vêm endossando com maior frequência o uso da palavra “populismo(s)” a fim de desqualificar *tudo quanto é movimento de oposição (frontal ou controlada) à globalização financeira* na Europa e nos Estados Unidos. Graças a esse rótulo condescendente, “populismo”, os clérigos e sacerdotes da ortodoxia neoliberal/neoconservadora conseguem juntar, num mesmo cesto, ideários e lutas radicalmente discrepantes uns dos outros, e até antagônicos. Por isso, cabe medir o que esse pseudoconceito de “populismo” permite escamotear, para melhor averiguar a natureza das análises que o mobilizam com mais insistência. O que esse trabalho se propõe fazer é, portanto, simplesmente avaliar a especificidade de movimentos políticos, na Europa e nos Estados Unidos, cuja audiência vem crescendo de aproximadamente uma década para cá, e cujos sucessos em pleitos eleitorais vêm sendo cada

---

· Palestra proferida em 31 de maio de 2017 na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) no âmbito do Colóquio "Fascismo social, filosofia, esquerdas" promovido e realizado pelo Laboratório de Filosofia Política e Moral Gerardo Marotta" (UNIRIO/CNPq).

\*\* Professor de filosofia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

vez mais expressivos desde 2015. Para tanto, na primeira metade desta reflexão, analisar-se-á com certa meticulosidade a origem, a história, o teor polêmico e a polissemia inerentes à noção de “populismo”. Em seguida, sobre a base de 4 exemplos recentes comumente classificados como vitórias eleitorais neopopulistas, tentar-se-á evidenciar indutivamente as eventuais constantes que os perpassam; e pensar extensivamente as razões e as causas político-econômicas que explicam a proliferação atual de tais movimentos.

### ***Palavras-chave***

Populismo; Rebelião das elites; Morte da esquerda.

### ***Résumé***

Depuis quelques années, les spécialistes en sciences politiques et les journalistes appartenant aux médias de masse font de plus en plus souvent usage du mot « populisme » afin de discréditer tout type de mouvement d’opposition (frontale ou contrôlée) à la mondialisation financière en Europe et aux États-Unis. Grâce à cette étiquette pleine de condescendance, les clercs et les prêtres de l’orthodoxie néolibérale/néoconservatrice parviennent à mettre dans le même sac des idées et des luttes radicalement différentes les unes des autres, voire antagonistes. Pour ce motif, il importe d’évaluer ce que ce pseudo-concept de « populisme » permet d’escamoter, afin d’être mieux à même de sonder la nature exacte des analyses qui le mobilisent avec le plus d’insistance. Ce travail se propose, donc, simplement de mesurer la spécificité de mouvements politiques, en Europe et aux États-Unis, dont l’audience croît constamment depuis à peu près une décennie, et dont les succès électoraux sont de plus en plus significatifs depuis 2015. Pour ce faire, durant la première moitié de la présente réflexion, on analysera avec une attention toute particulière l’origine, l’histoire, la teneur polémique et la polysémie inhérentes à la notion de « populisme ». Ensuite, sur la base de 4 exemples récents communément présentés comme des victoires électorales néopopulistes, on tentera de mettre en évidence de façon inductive les éventuelles constantes qui les traversent ; avant de penser extensivement les raisons et les causes tant politiques qu’économiques qui expliquent la prolifération actuelle de tels mouvements.

### ***Mots-clés***

Populisme; Révolte des élites; Mort de la gauche.

§1. *Primeira precaução preliminar: nox Populi, nox Dei.* A expressão “vox Populi, vox Dei” significa “a voz do Povo é a voz de Deus” em latim. Ela remete, portanto, a uma caracterização popular da soberania política: daí que sua utilização mais conhecida tenha ocorrido em 1709-1710, na Grã-Bretanha, numa série de panfletos anônimos produzidos pelo partido *whig*, que ressaltavam que, na ausência de uma lei natural ou divina capaz de guiar a razão política, todos os homens pertencentes a dada comunidade possuem uma autoridade igual na hora de escolherem a forma de governo que há de vigorar nessa comunidade. Conforme veremos na Parte 2 (§§7-11), a democracia moderna tem-se estruturado a partir de 3 matrizes principais de legitimidade popular (liberalismo<sup>1</sup>, republicano<sup>2</sup>, socialismo<sup>3</sup>), cada qual alicerçada numa definição (ou nalgumas definições) própria(s) dessa *vox Populi*. Sendo quase que a fórmula que reúne as vertentes do Novo Regime político ocidental, pós-feudal e pós-teocrático, que se impôs a partir dos séc.XVII-XVIII, a expressão “vP, vD” fora com frequência tida como prenhe de ameaças e desordens nos tempos da monarquia de direito divino<sup>4</sup>. Ora, de uns anos para cá, é inegável que, nos Estados Unidos e na Europa ocidental, a legitimidade popular volta a ser questionada... em nome da defesa das instituições democráticas e das liberdades fundamentais! Estranhamente, nas mais antigas e tradicionais democracias parlamentares pluralistas do mundo, a década de 2010 tem visto a demofobia, i.e., o medo (tão velho quanto a reflexão política) de multidões irracionais, manipuláveis e propensas a surtos de violência, estruturar de forma cada vez mais evidente campanhas e pleitos

---

<sup>1</sup> Conjunto das doutrinas que pleiteiam a favor de um regime político baseado na garantia dos direitos individuais e da pluralidade popular (“*We the People...*”) contra a autoridade arbitrária de um governo (em particular, por meio da separação e do equilíbrio institucionais dos poderes) ou contra as pressões de grupos específicos (monopólios econômicos, partidos, sindicatos...).

<sup>2</sup> Conjunto de doutrinas políticas que pleiteiam a favor de um governo do povo, pelo povo, para o povo. Mesmo que, de praxe, o republicanismo seja propenso a se matizar de liberalismo, ele enfatiza a autoridade do governo e dos representantes, a qual é a expressão da vontade geral e da soberania indivisível do povo (“*We the People...*”). Enquanto o nós popular liberal é plural (tendencialmente federalista), o nós popular republicano é um nós uno (tendencialmente centralista), herdeiro do nós real da monarquia absoluta.

<sup>3</sup> Conjunto de doutrinas políticas que pleiteiam a favor, ora (em sua vertente social-democrata) de um governo que, para zelar o interesse geral da coletividade popular, garanta a justiça social através de diversas instituições dedicadas à redistribuição material, ora (em sua vertente marxista) da ditadura do proletariado e da coletivização integral dos meios de produção, para fins de supressão do Estado e de favorecimento do surgimento de uma sociedade sem classes.

<sup>4</sup> O exemplo mais famoso sendo o conselho demofóbico que o monge e professor Alcuíno de Iorque propiciou ao futuro imperador Carlos Magno no séc.VIII, quando conclamou este a resistir à máxima “vP, vD”, perigosa por expor a autoridade às insurreições e às loucuras da multidão.

eleitorais. As maiorias ameaçariam as minorias. O despotismo da maioria estaria prestes a solapar a governança competente e tolerante dos democratas autênticos. Perguntas: pode existir alguma espécie de legitimidade totalmente extra-popular no âmbito de uma democracia? Caso se abafe a *vox Populi*, quem irá falar no lugar dela? Sustentar-se-á no presente trabalho que não importa quão superior e imperioso seja o conjunto de princípios de que se vale esta outra voz: ela será obrigatoriamente sinônima de *nox Populi*, de noite do povo. Ora, se passar a faltar justo o princípio popular (ou demológico) de governo que tem suprido, na modernidade, a caducidade dos princípios metafísicos ou teológicos que vigoravam no Antigo Regime, o que substituí-lo-á, senão o niilismo do arbitrário e da tirania? *Nox Populi, nox Dei...* O que me leva a uma segunda explicação prévia.

§2. *Segunda precaução preliminar: ¡han pasado!* Um dos títulos desta fala remete a um lema republicano muito usado durante a guerra civil espanhola de 1936-1939: *¡no pasaran!* Ele se referia, é claro, aos inimigos dos republicanos, a saber, os franquistas (apoiados pelos nazistas alemães e pelos fascistas italianos), que acabaram vencendo. O presente trabalho se propõe mostrar como as recentes reconfigurações do capitalismo (financeirização da economia; globalização dos fluxos produtivos e comerciais; desindustrialização dos países desenvolvidos e industrialização de países em desenvolvimento, principalmente na Ásia) corresponderam, nos Estados Unidos e na Europa ocidental, a uma involução das condições de vida das classes populares, a uma traição dos interesses dessas classes pelo trabalhismo político e sindical, e ao confisco do exercício efetivo do poder político por uma casta de tecnocratas a serviço exclusivo da realização da agenda da classe capitalista supranacional. Uma das teses que advogarei será que a “desconsolidação democrática”<sup>5</sup> atual, lastimada pelo *New York Times* e pelo

---

<sup>5</sup> Se tornou preponderante entre as várias pesquisas da ciência política contemporânea que estudam as transições democráticas a ideia de que as democracias são consolidadas e estáveis *porque* seus cidadãos passaram a *acreditar* que inexistente regime político legítimo salvo a democracia. Desde a década de 2000, muitas dessas pesquisas vêm diagnosticando que estaria ocorrendo uma desconsolidação do modelo democrático no mundo em geral, e nos países democráticos em particular. As democracias estariam sendo fragilizadas pela crescente descrença popular na excepcionalidade de suas instituições. Assim, de acordo com Foa e Mounk, em meados da década de 2010, a proporção de jovens que pensa ser indispensável viver numa democracia já virou minoritária em inúmeros países, inclusive naqueles de tradição democrática perene. Esses autores também salientam que a proporção de cidadãos estadunidenses pertencentes às classes abastadas que aprovaria a instauração de um governo militar passou de 19 a 35% entre 1995 e 2016 (ver: Foa & Mounk – “Yes, people are really turning away from democracy”, in: *Washington Post*, 8 de dezembro de 2016. Link: <http://wapo.st/2h9RCMI>. Ver também, dos mesmos autores: “The danger of deconsolidation”, in: *Journal of Democracy*, julho 2016, volume 27, n.3, em particular:

*Washington Post* no final de 2016, não irrompeu junto com a tal onda populista, mas já vem sendo paulatinamente preparada, de 4 décadas para cá, pela natureza cada vez mais peritocrática e oligárquica da rotina político-institucional dessas velhas democracias, a qual traduz a vitória total, no Ocidente, da volta à normalidade capitalista deflagrada no final dos anos 1970 e intensificada após o fim da União Soviética. A extrema-direita militaro-bancária já concentra o poder; e, nos próximos anos, talvez não haja mais espaço, nos planos dela, sequer para uma esquerda “ambidestra” e sob controle (como isto ainda acontecia de 1980 a 2015). *¡Han pasado!*

§3. *Terceira precaução preliminar: “Momento”*. Chamei esta minha fala de “Momento 2016” devido ao duplo sentido do vocábulo “momento”: por um lado, um momento é um período de duração, decerto, variável (i.e., extensa ou sucinta); contudo é um lapso de tempo que começa, dura e acaba, portanto dotado de um início, de um meio e de um final. Por outro lado, se importamos a acepção física, dinâmica, do termo “momento”, ou “momentum”, para nosso vocabulário conceitual, passamos a falar de um impulso, da deflagração de um processo no tempo, ou até (quem sabe?) de algum evento fundamental para a compreensão e definição de uma nova época que ainda está por vir (e, nesse caso, “momento” há de ser compreendido no sentido que Frédéric Worms lhe confere em seu artigo *Le moment 1900 en philosophie*). Ora, já que vou abordar eventos que, pela maioria, são recentes, tendo os dois principais ocorrido no ano passado, em 2016, é evidentemente cedo demais para logarmos apreciar todas as consequências políticas e sociais que deles decorrem: serão o Brexit e a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos meros episódios, parênteses talvez breves, e afinal mais anedóticos do que significativos; ou serão eles os primeiros sinais de que um novo capítulo da contemporaneidade política ocidental está começando? Claramente, não almejo responder tal pergunta. E por isso mesmo, faço questão de esconder minha incompetência prospectiva atrás deste escudo ambivalente: a palavra “momento”. Entretanto, admitir de bom grado que se desconhece

---

p.14). É claro, essa desconsolidologia não podia deixar de virar a “diagnose da hora” no seio da superestrutura político-midiático-acadêmica depois das vitórias do Brexit e de Trump: de fato, em geral, ela se esforça muito para articular critérios exclusivamente noéticos, ou subjetivos, o que lhe permite responsabilizar as representações forçosamente ineptas dos sujeitos-cidadãos-eleitores pelo tal refluxo democrático. Assim procedendo, ela não precisa abrir mão do tom de deploração paternalista que lhe confere seu cachê “politicamente correto”. E, assim procedendo, ela tampouco precisa ter a petulância de perguntar pelas causas dessas representações, fumaças sem fogos nascidas da burrice e da brutalidade proverbiais da multidão. Talvez a única utilidade efetiva da desconsolidologia consista em consolidar a boa consciência burguesa de seu leitorado esclarecido.

do futuro e recusar-se, pois, a vaticinar vãs “zaratustragens” políticas não implica que devamos abrir mão da tentativa de descrever o presente, mesmo que seja tateando fatos dispersos, no âmbito de um *work in progress*... Daí que eu tenha de formular, aliás, uma segunda justificativa respeitante às aspas do título desta fala.

§4. *Quarta precaução preliminar: “Populismo(s)”*. A ideia da presente palestra nasceu da irritação que, de alguns meses para cá, vem tomando conta de seu servidor à medida que os analistas em ciências políticas e os jornalistas das mídias de massa vêm endossando com maior frequência o uso da palavra “populismo(s)” a fim de qualificar *tudo quanto é movimento de oposição (frontal ou... controlada) à globalização financeira* na Europa e nos Estados Unidos. Graças a esse rótulo condescendente, “populismo”, os clérigos e sacerdotes da ortodoxia neoliberal/neoconservadora conseguem juntar, num mesmo cesto, ideários e lutas radicalmente discrepantes uns dos outros, e até antagônicos<sup>6</sup>. Por isso, me parece interessante medir o que esse pseudoconceito de “populismo” permite escamotear, para melhor averiguar a natureza das análises que o mobilizam com mais insistência. O que proponho fazer é, portanto, simplesmente avaliar (graças a um termo, “populismo”, que não estou avalizando e sim apenas testando na sua frente) a especificidade de movimentos políticos, na Europa e nos Estados Unidos, cuja audiência vem crescendo de aproximadamente uma década para cá, e cujos sucessos em pleitos eleitorais vêm sendo cada vez mais expressivos desde 2015. Para tanto, na primeira metade desta reflexão, analisarei com certa meticulosidade a origem, a história, o teor polêmico e a polissemia inerentes à noção de “populismo” (Partes 1 e 2). Problema: o leque de ideias e plataformas articuladas pelo populismo é tão amplo que nos obriga, quase que imediatamente, a falar em “populismos” no plural. Não é somente que nada parece haver de comum entre, por um lado, “populistas de esquerda” como, por exemplo, os socialistas, anarco-sindicalistas, ecologistas, feministas e antirracistas que militam no partido Podemos na Espanha, e por outro lado “populistas de direita”, como os conservadores tradicionalistas, supremacistas e racialistas dos Verdadeiros Finlandeses. Mais profundamente, mesmo entre dois partidos “populistas de direita” como o UKIP britânico, ultraliberal economicamente, libertariano, adepto do “*Less state!*”, do “*Menos estado!*”, e o FN francês, protecionista, estatista, e até usuário intermitente (desde 2007)

---

<sup>6</sup> Sobre esse assunto: M. Löwy – “Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil”, in: *Serviço social e Sociedade*, n.124, outubro-dezembro de 2015, p.652-664.

do vocabulário da *“luta de classes”*, o fio da meada que permitiria identificar uma coerência ideológica parece tênue, para não dizer improvável. No entanto, esse fio talvez exista sim; caso contrário, como explicar, por exemplo, a fortuna política atual do movimento 5 Estrelas na Itália, composto -entre outros matizes- de nacionalistas estatistas de direita e de libertários radicais de esquerda? Diante dessas dificuldades, e devendo, na segunda metade da presente reflexão, sondar a relevância analítica (e não tão somente polêmica) do rótulo político de “populismo(s)”, irei proceder exatamente a contrapelo daquilo que Sócrates recomenda quando o assunto é definir, i.e., produzirei vários exemplos e, somente em seguida, tentarei, “indutivamente” digamos, evidenciar as eventuais constantes que perpassam tais exemplos (Partes 3 e 4). Lhes peço, portanto, paciência e indulgência teórica; porquanto talvez “populismo(s)” seja *uma noção falsamente descritiva* quando utilizada fora de sua grade analítica marxista-leninista de origem (no âmbito da qual ela é, decerto, muito pejorativa, mas precisa). Quiçá “populismo(s)” seja, atualmente, *um rótulo, de fato, proscrito e normativo* que, por postular a identidade formal das pautas sociais (ou classistas) e identitárias (ou étnicas), permita rejeitá-las juntas como se elas fossem uma só coisa vergonhosa, em nome da defesa de uma democracia comodamente reduzida à rotina tecnocrática de suas instituições.

*Parte 1: a útil indefinição do anátema liberal “populismo”*

*A política é a arte do vocabulário* (Benjamin Constant).

§5. *Origens históricas da palavra.* Surpreendentemente, a primeira ocorrência do vocábulo “populismo” foi reivindicada pelos seus autores. O termo *narodnichestvo* foi cunhado na segunda metade da década de 1870 na Rússia para designar um programa revolucionário específico, o do movimento clandestino *Zemlya i Volya* (“Terra e liberdade”), cuja vertente *derevenschiki* (“aldeões”) preconizava que os intelectuais, ao invés de tentarem doutrinar os camponeses a partir de ideias abstratas, passassem a elaborar a doutrina socialista russa sobre a base das necessidades concretas do povo rural, então imensamente maioritário no país. Num contexto social e político explosivo, o dos anos 1861-1917 (que correm da abolição da servidão às Revoluções de fevereiro e outubro), a questão que opõe os múltiplos grupos revolucionários respeita ao método; e a noção de

populismo corresponde a um dos métodos que concorrem para a edificação do socialismo numa Rússia czarista, rural e ainda subjugada pelo peso de séculos de feudalismo. Ora, em 1892-1894, em decorrência de divergências entre correntes socialistas acerca dos rumos do capitalismo russo e dos métodos revolucionários mais realistas a adotar em função desses rumos, os Social-Democratas vão recorrer ao epíteto de *narodniks* (“populistas”) para denegrir todos aqueles que, à semelhança dos integrantes de Terra e Liberdade, ou dos terroristas de *Narodnaya Volya* (“Vontade popular”) na década de 1880, aventavam a hipótese de que, contanto que fosse respeitada a singularidade do povo russo<sup>7</sup>, o país seria capaz de passar diretamente da feudalidade ao socialismo, sem obrigatoriamente passar pela etapa do desdobramento exacerbado do modo de produção capitalista. A partir daquele momento, o rótulo de “populismo” vai se tornar pejorativo. Destarte, para o Lenin dos anos 1900-1910, ele é sinônimo de idealismo pseudorrevolucionário, cujos métodos são contraproducentes e fadados ao fracasso por padecerem saudosismo em relação a um povo que, devido à irrupção, desde a década de 1890, do capitalismo no campo, já perdeu de vez a uniformidade material que lhe conferia a comuna agrária, e não pode mais, por esse motivo, servir plausivelmente de classe revolucionária<sup>8</sup>. O populista, pseudorrevolucionário sem método, incapaz de conceber nem, *a fortiori*, de utilizar os meios reais de que precisa para alcançar os fins que se propõe, é o mero adepto de um anticapitalismo reacionário de pequeno proprietário, sem rumo senão aquele que lhe impõe, justamente, o capitalismo que ele condena com veemência sem, contudo, entender seus mecanismos<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Principalmente: a estrutura da *obstchina*, a comuna rural e agrária, base da vida econômica do país, que, aliás, os próprios Marx e Engels, no Prefácio de 1882 à edição russa do *Manifesto do PC*, consideram, dentro de certos limites, suscetível de constituir o ponto de partida da evolução russa rumo ao comunismo.

<sup>8</sup> Cf. Lenin – “A que herança renunciamos”, in: *Obras escolhidas*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1986, particularmente pág.63. Cabe observar que essas críticas de Lenin à importância que certos movimentos socialistas russos atribuem à comuna rural tradicional e à propriedade coletiva que nesta vigora são deveras similares às críticas estalinistas (póstumas) que o Komintern, por intermédio de Miroshevski, endereça ao marxista peruano Mariátegui em 1941: com efeito, este se vê tachado de populista (e de romântico) justo porque ele considera que o coletivismo agrário inca é capaz de consolidar a luta socialista moderna no Peru (para mais detalhes, ler: Michael Löwy – “Marxismo e romantismo em Mariátegui”, in: *Teoria e Debate* n.41, maio/junho/julho de 1999; e: André Kaysel Velasco e Cruz – “A primeira polêmica sobre o populismo na América Latina”, in: *Crítica Marxista*, n.43. 2016, p.95-116).

<sup>9</sup> Observemos que, na mesma época, nos Estados Unidos, *Grangers*, *Greenbackers* e membros do People’s Party (Partido do Povo) advogavam plataformas eleitorais agrárias que continham medidas (tais como a negociação coletiva dos preços de venda; a implementação de uma moeda fiduciária setorial; e a constituição de fundos de garantia federais para os trabalhadores agrícolas) destinadas a proteger os pequenos e médios fazendeiros das investidas monopolísticas vindas dos setores bancário e corporativo. Portanto, o populismo estadunidense foi, em grande parte, uma aposta policlassista na capacidade que um regime político por definição capitalista (a democracia formal, na época às ordens dos *robber barons*)

§6. “Populismo”: *uma crítica marxista potencialmente despótica mas precisa, um anátema liberal potencialmente despótico e vago.* Quem se debruça sobre a noção de populismo no decorrer dos séc.XX e XXI não demora a perceber a inocuidade de toda esperança de defini-la de forma, nem que seja minimamente, unitária; isso porquanto a frequência de sua utilização na vida social e sua fortuna política têm sido inversamente proporcionais à nitidez do objeto que ela pretende designar. A disparidade, a contradição e a arbitrariedade que assombram toda miscelânea pairam sobre o valor a conceder à palavra. Entretanto, vale observar que quase todas as tentativas de determinação do populismo provêm de duas fontes: o marxismo e o liberalismo; e que, em ambos, esse termo aponta um adversário<sup>10</sup>. Rótulo polêmico, destinado a desmascarar politicamente (como estratégia falsamente popular e/ou revolucionária, segundo critérios marxistas) ou a desqualificar moralmente (como *hybris* demagógica e autoritária, segundo critérios liberais), o populismo quase sempre indica uma manipulação que, para lograr êxito, apostaria na torpe inépcia das massas populares<sup>11</sup>. Posto isso, há inegável discrepância entre as caracterizações marxista e liberal do populismo, do ponto de vista de seus graus respectivos de acribia e objetividade. Destarte, a matriz da crítica marxista do populismo, acima mencionada no contexto estritamente russo do fim do séc.XIX, ainda se destaca

---

possuía de conter os efeitos lógicos, no setor agrícola, do desdobramento do capitalismo, sem abolir este.

<sup>10</sup> Exceção notável: a fortuna do populismo na América Latina dos séc.XX-XXI, onde o termo tem sido utilizado positivamente pela própria esquerda pós-marxista a respeito daqueles que, entre os diversos governos nacional- ou estado-desenvolvimentistas do continente no séc.XX, e entre os diversos governos social-democratas do séc.XXI, têm dado primazia às questões da redistribuição social das riquezas, da proteção jurídico-formal dos trabalhadores e da previdência social. Os partidários dos governos Lula e Dilma no Brasil, por exemplo, acabaram se apropriando o termo que, até então, quando não tendia (classicamente) a ser uma injúria liberal-democrata que visava desqualificar essas questões, designava laudativamente as políticas socialmente progressistas dos governos Vargas, Peron, etc. Aliás, em relação ao populismo dos governos e das políticas destes líderes, vale destacar a teorização sociológica e econômica elaborada pela escola dependentista brasileira, nos anos 1960: pois, nas obras de autores como Florestan Fernandes, Octavio Ianni ou Fernando Henrique Cardoso, entre outros, se propõe uma definição analítica (e não mais pejorativa, apesar de ‘marxiana’) do populismo como expressão político-institucional de determinado ciclo econômico, a saber, o da industrialização por substituição de importações.

<sup>11</sup> Cabe lembrar que, na segunda parte de *Que fazer?*, Lenin indaga acerca da capacidade do povo a querer seu próprio bem. Pois, as massas não manifestam sempre as mesmas vontades que os partidos *populares*, e por isso são manipuláveis pelos partidos *populistas*. Por exemplo, o assalariado industrial pede aumentos salariais e condições decentes de trabalho, ao passo que o Partido Comunista quer abolir o capitalismo e, portanto, o assalariado como tal. Lenin frisa a inépcia espontânea das massas, que, estando muito ligadas a suas tradições e a sua religião, se opõem aos projetos do Partido. Daí o papel dos intelectuais: possibilitar que as massas se conscientizem de sua situação material objetiva e da necessidade da revolução proletária. Percebe-se, nesse vanguardismo leninista, uma nítida manifestação do despotismo da competência, que voltaremos a encontrar na peritocracia liberal-democrata contemporânea...

no decurso do século seguinte por lograr produzir descrições materialistas renovadas e convincentes da estrutura social típica dos populismos estado-nacionalistas, bem resumidas por Michael Löwy:

O populismo é um movimento político -com diversas formas de organização (partido, sindicatos, associações diversas)- que possui uma grande base popular (de operários, camponeses e classes médias), sob uma direção burguesa/pequeno-burguesa e a liderança carismática de um caudilho. Uma vez no poder, este movimento, que afirma representar o ‘povo’ em seu conjunto, adota uma política bonapartista, supostamente acima das classes, porém, em última análise, a serviço dos interesses do Capital (o que não impede fricções com setores da burguesia). Pode também -sobretudo caso exista uma pressão de sua base- fazer concessões econômicas e sociais às classes exploradas e/ou tomar medidas de tipo anti-imperialista.<sup>12</sup>

O populismo russo do fim do séc.XIX visava uma revolução, incoerente segundo os critérios marxistas, que não necessitasse utilizar as contradições materiais internas do desenvolvimento do capitalismo, nem esperar pela constituição de um proletariado plétórico o suficiente para se tornar o agente universal da história. Se os movimentos do séc.XX aqui retratados por Löwy são tidos por populistas segundo esses mesmos critérios marxistas, não é mais apenas porquanto careceriam de metodologia e relevância revolucionárias, mas porquanto eles usam da retórica da justiça social, do progresso e, inclusive, da revolução para designar projetos político-econômicos evidentemente condizentes com a sobrevivência (e, mais, com o desenvolvimento) do capitalismo, embora possam representar momentaneamente uma alternativa crível ao domínio de segmentos mais classicamente reacionários da burguesia, ligados aos ciclos precedentes da exploração econômica. O populismo dos *narodniks* criticados por Lenin era néscio; os populismos do séc.XX descritos por Löwy são matreiros: embora pretendam acatar sobranceira e exclusivamente os interesses superiores do povo uno, tais movimentos policlassistas servem prioritariamente para modernizar os instrumentos da exploração burguesa e para solapar o protagonismo do proletariado no âmbito da luta de classes. Daí

---

<sup>12</sup> M. Löwy – *Transformación del populismo em América Latina*, Utopias del Sur, Año II, n.3, Buenos Aires, primavera 1989, p.5-6.

o valor político-estratégico inegável da mixórdia programática típica dos populismos. Por exemplo, muitos deles advogam, simultaneamente, um conservadorismo moral (em nome das tradições, da religião ou dos “valores” da família patriarcal), um anticapitalismo (em nome da defesa dos interesses dos trabalhadores, do campesinato, dos pequenos proprietários e do pequeno empresariado) e um anticomunismo (em nome da ordem e da unidade nacional). À leitura dessa lista heterogênea, cabe notar, pois, que, em contextos diferentes, a inconsistência denunciada por Lenin segue afetando o(s) populismo(s), com a ressalva importante, todavia, de que essa lacuna se torna proveitosa para a burguesia numa época em que o capitalismo ocidental precisa 1) se precaver contra a expansão da verdadeira revolução proletária<sup>13</sup>; 2) multiplicar os focos estado-nacionais de acumulação, exploração e produção a fim de lograr racionalizar, uniformizar e compatibilizar entre si os circuitos da (inter)dependência econômica internacional. Ora, ao juntar, em geral, as pautas trabalhista e autoritária, i.e., a “esquerda do trabalho” e a “direita dos valores morais”, o populismo do séc.XX não só aparentou “solucionar” a luta de classes (e seus perigos insurrecionais para a burguesia) como também contribuir à modernização econômica e à aceleração do processo capitalista nos países onde atuou, isso por meio de uma política que oscilava 1) entre conciliação de classes<sup>14</sup> e ditadura oficialmente aclassista<sup>15</sup>; 2) entre “fantochização” dos corpos intermediários<sup>16</sup> e disciplinamento militar da sociedade em seu conjunto<sup>17</sup>. Em suma, ao destravar as lentidões e os bloqueios inerentes ao pluralismo parlamentar graças a uma aliança com as massas simbolizada pela figura carismática do homem providencial, situado acima dos partidos e da própria política como tal, o populismo estado-nacionalista, quer sob suas formas mais eleitoreiras e compatíveis com a manutenção formal das instituições

---

<sup>13</sup> Inicialmente: na Europa, na China e na América Latina do período entreguerras; e, em seguida: no resto do mundo, durante o período da descolonização e da guerra fria.

<sup>14</sup> Concessão de direitos sociais às classes trabalhadoras “em troca de” uma repressão impiedosa dos movimentos populares espontâneos, a fim com os interesses da burguesia e do patronato.

<sup>15</sup> Exercida em virtude de critérios brutalmente personalistas, e/ou nacionalistas, e/ou raciais, e/ou religiosos.

<sup>16</sup> Partidos, sindicatos, associações, cujo reboquismo parodiava uma vida social pluralista, dialógica e progressista.

<sup>17</sup> Partido único, sindicato único, vida social aterrorizada e reduzida, a força, ao mais absoluto apolitismo.

democráticas<sup>18</sup>, quer sob suas formas mais ditatoriais e autocráticas<sup>19</sup>, representou tendencialmente uma alternativa política proveitosa para certos segmentos da burguesia aos quais permitiu que sobrepujassem outros segmentos, concorrentes, da mesma, até então dominantes. Vale frisar, portanto, que, de acordo com uma grade de compreensão estritamente marxista, o rótulo de “populista” *sempre* irá designar um projeto reacionário (tradução em “democratês”: de direita); ao passo que a sua dúbia reciclagem pelos liberais desemboca em seu não menos dúbio desdobramento num populismo de direita (reacionário, ou até fascista/nazista) e num populismo de esquerda (socialista/comunista). O que diferenciaria esses populismos, segundo os democratas liberais? Seus projetos respectivos (progressismo e justiça sociais no caso do populismo de esquerda; tradicionalismo e verticalidade essencializada no caso do populismo de direita). Qual a raiz comum que os reuniria? Seu “estilo”, que, segundo diagnosticam os liberais, mistura antiparlamentarismo; simplificação institucional<sup>20</sup>; repúdio ao

---

<sup>18</sup> Exemplos: o governo Peron (Argentina) de 1946-1955, o governo Vargas (Brasil) de 1951-1954, o governo de Lázaro Cárdenas (México) na década de 1930, os governos de Velasco Ibarra (Ecuador) entre 1930 e 1960, entre outros. Aplicando a critériologia marxista ao século XXI latino-americano, será que os governos de centro-esquerda que dirigiram a maioria dos países do continente durante a década de 2000 e os primórdios da década seguinte se enquadram nesta vertente “democrática” do leque de práticas institucionais do populismo? A resposta é claramente negativa: pois, na exceção do bolivarianismo venezuelano (o qual, aliás, tem a circunstância atenuante de sofrer um sítio constante por parte dos Estados Unidos e de seus aliados liberais venezuelanos desde a posse de Chavez em 1999), o autoritarismo “potencial” ou “latente” daqueles governos latino-americanos de centro-esquerda apenas existiu na imaginação fértil de uma oposição liberal que, até o segundo terço da década de 2010, era incapaz de vencer um pleito eleitoral. O que não significa, evidentemente, que eles tenham sido marxistas e/ou tenham ameaçado o capitalismo latino-americano (muito pelo contrário, o fizeram entrar numa nova época: a da inserção das camadas populares nos circuitos do consumo em massa e do crédito).

<sup>19</sup> Exemplos: o Estado novo varguista (1937-1946), o regime fascista de Mussolini (1922-1945), o regime nacional-socialista de Hitler (1933-1945). Não que o nazismo tenha (à imagem da *Carta del lavoro* fascista de 21 de abril 1927 na Itália, ou da *Consolidação das Leis do Trabalho* varguista de 1 de maio 1943 no Brasil) reforçado o dispositivo jurídico-legal e sindical destinado a proteger o trabalhador alemão, muito pelo contrário, mas seu aclassismo racista, que professava a “igualdade espiritual” de todos os Arianos, serviu de justificação tanto para a perda de todos os direitos trabalhistas pré-existentes quanto para o exercício de uma “pressão estatal palpável sobre os patrões [que] produziu resultados visíveis, sob forma de melhoras das condições de trabalho e moradia” (David Schoenbaum – *Hitler’s social revolution. Class and status in Nazi Germany 1933-1939*, Doubleday & Company, inc., Garden City, New York, 1966, p.94).

<sup>20</sup> A esse respeito, ler: P. Rosanvallon, “Penser le populisme”, publicado em [laviedesidees.fr](http://laviedesidees.fr), em 27 de setembro de 2011 (particularmente: p.6-7). Os únicos critérios liberais de definição do populismo que podem vagamente ser tidos como objetivos (i.e., observáveis) remetem a essa simplificação das instituições democráticas. De fato, Viktor Orbán na Hungria ou Mateusz Morawiecki na Polônia tentam neutralizar ou até desativar as cortes constitucionais e os tribunais superiores que podem emendar, limitar ou barrar as decisões do executivo e do legislativo. No entanto, cabe notar que 1) em nenhum momento, eles deixam de se submeter ao processo eleitoral; 2) identificar estritamente o equilíbrio institucional dos poderes com a própria democracia consiste em endossar uma definição schumpeteriana, meramente técnica, da mesma.

pluralismo<sup>21</sup> e aos direitos humanos fundamentais; designação de bodes expiatórios; normalização da violência verbal e física na política; personalismo do poder; reivindicação pelo chefe de uma ligação privilegiada com “a maioria silenciosa”, tida como povo verdadeiro; intervencionismo econômico; burocracia endêmica... O populismo se junta à demagogia, ao ódio, ao totalitarismo, etc., no acervo de *mots-valise* condescendentes, de quase-conceitos parcamente definidos, sorrateiramente éticos, e de pseudocríticas desprovidas de critérios objetivos de aplicação, que os democratas liberais costumam manejar para anatemizar quem discorda das pautas políticas e dos projetos sociais burgueses. Por exemplo, identificar um mal comum ao comunismo e ao nazismo, nem que esse mal seja meramente “estilístico”, permite que democratas liberais omitam as razões que esclarecem fatos históricos bem mais tangíveis que esse tal “estilo” (a saber, as alianças sistematicamente travadas pelas burguesias alemã e italiana com o nazifascismo, fosse às custas da existência da democracia parlamentar, justo para eliminar o bolchevismo) e reduzam mui comodamente à barbárie qualquer relativização classista e qualquer contestação proletária da normalidade capitalista. Assim, a indignação e os gritos de protesto morais bestializam utilmente todo pluralismo social real, além de ensinar a autopromoção dos liberais sob o feitiço de paragões de lisura democrática e de intransigência humanista, o que não deixa de ser deveras extravagante, para dizer o menos, em se tratando de um ideário (o liberalismo) que tem justificado e paramentado, por exemplo, o imperialismo colonial do fim do séc.XIX e do início do séc.XX, com seu lote de práticas maciça e metodicamente concentracionárias e exterminacionistas, e suas várias dezenas de milhões de vítimas, cientificamente deportadas e/ou assassinadas na Ásia e na África<sup>22</sup>. Por conseguinte, se, em virtude de sua acepção marxista, o termo

---

<sup>21</sup> “A essência do populismo não é... a crítica das elites, e sim o antipluralismo. Ora, sem pluralismo não existe democracia alguma” (entrevista do cientista político Jan-Werner Müller pelo jornal *La Croix*, em 6 de abril de 2017. Link: <https://www.la-croix.com/Journal/Lessence-populisme-cest-lanti-pluralisme-2017-04-05-1100837505>). Para mais amplos detalhes sobre essa caracterização: J.-W.Müller- *Was ist Populismus? Ein Essay*, Suhrkamp, Berlin, 2016. Conforme veremos (cf.§§18-19 do presente artigo), nos países desenvolvidos, o pluralismo democrático vem sendo solapado pela peritocracia liberal há 3 décadas. Curiosamente, o olhar crítico dos contempóreatos atuais do populismo não logra envidar tamanho grau de argúcia em relação a esta espécie de antipluralismo...

<sup>22</sup> De fato, a redação de um “livro negro do liberalismo” que fosse proceder em relação à história da democracia parlamentar com uma metodologia tão (digamos...) escrupulosa como aquela adotada pelos ilustres autores do *Livro negro do comunismo* por exemplo, não deixaria de produzir balanços fartamente documentados de centenas de massacres que, juntos, somariam no mínimo várias dezenas de milhões de vítimas... E de nada adiantaria os liberais se defenderem por meio da excelência das intenções e dos princípios da democracia representativa, já que é exatamente o que certos comunistas fazem quando, para

“populismo” corresponde à precisa descrição da estruturação social de um movimento político, e à explicação, decorrente de tal descrição, de como esse movimento consegue parasitar e frustrar o projeto revolucionário autenticamente socialista ao simular o progressismo emancipatório popular, esse termo passa a desempenhar, quando utilizado em seu sentido liberal-democrata, o papel de mera etiqueta infamante, sinônima ou quase sinônima do termo “demagogia”, com um eventual agravante “totalitário”. Conclusão: caso calhasse-me destacar uma só característica comum a ambas as concepções marxista e liberal do populismo, seria a importância da ambiguidade: na concepção marxista, tal ambiguidade é necessária ao sucesso da estratégia populista, que, assim como a estratégia liberal-democrata, só que através de métodos diferentes, diligencia defender, oficialmente, interesses compartilhados por todas as camadas sociais da população, enquanto apenas defende, afinal, os interesses capitalistas; na concepção liberal, essa ambiguidade remete à violência dos métodos populistas, que apontaria para uma porosidade constitutiva desses movimentos, sejam seus temários oficiais de esquerda ou de direita. Daí que valha sondar mais adiante as dinâmicas que fazem do “povo” uma categoria tão movediça.

*Parte 2: a raiz do problema. As contradições da legitimidade popular*

*O dêmos é tudo (Atenágoras de Siracusa).*

§7. *O povo: noção polissêmica, volúvel e aporética.* O repúdio ao populismo costuma se valer de uma rejeição, aparentemente louvável, dos extremismos políticos, que expressa acima de tudo uma desconfiança persistente das classes abastadas em relação à legitimidade de um temário político que seria explicitamente popular; desconfiança esta que, sejamos francos, em que pese à pretensa imparcialidade de sua diagnose, é uma forma sobremodo inegável de antidemocratismo. Só que estando, claro, afim com poderes institucionais que foram especificamente moldados por e para tais classes privilegiadas, o referido antidemocratismo, passível de formulações diversas, pode, sem excessiva dificuldade, se pagar ao luxo, 1) em sua versão liberal (socioeconômica), de

---

se defender contra acusações de totalitarismo, tentam separar a verdade da ciência marxista e as desventuras do socialismo real.

justificar as desigualdades por viés de narrativas meritocráticas (que Max Weber chama de *teodiceias do privilégio*, e Pierre Bourdieu de *sociodiceias*), eventualmente matizadas de darwinismo social e de paternalismo bem ou mal digeridos<sup>23</sup>; e, 2) em sua versão republicana (político-institucional), de equiparar seus interesses particulares de classe com o interesse pretensamente geral, além de tachar de “facciosa” toda contestação popular desta equação típica do contratualismo moderno. O povo sendo indivisível, diz ele, nenhum grupo tem, por conseguinte, o direito de se valer do monopólio da expressão das aspirações populares sem, *ipso facto*, obrar contra essa unidade formal do povo<sup>24</sup>. Assim procedendo, em nome e prol do “povo”, o antidemocratismo das camadas superiores da sociedade se faz de bom senso normativo, baseado no exercício de competências e méritos que a ordem social vigente retrataria fielmente. Faltar com esse bom senso burguês disfarçado de ciência econômica ou fardado de virtude republicana significa logo incorrer no populismo e na demagogia... Daí que valha elucidarmos agora os diversos sentidos da palavra “povo”, dos quais derivarão diversos sentidos da palavra “populismo”. 1) O *povo nativo*, i.e., o povo enquanto ἔθνος (*ethnos*), entidade culturalmente homogênea, ou continuidade espaço-temporal, tribal ou quase tribal, de um *ethos*, i.e., de um conjunto de costumes e diretrizes comportamentais, que possui a mesma origem oficial, mítica ou não, articula-se na mesma língua, e reverencia os mesmos ritos, cultos, totens e tabus. Trata-se de um conceito pré-político do povo, na medida em que, aqui, as tradições simbolizam a unidade e intimidade distintivas de uma linhagem, de um parentesco. Suas questões primordiais remetem, portanto, à identidade e à alteridade, i.e., à fronteira que separa um “nós” dos “outros”. Aqui, o inimigo é tendencialmente

---

<sup>23</sup> Esse paternalismo pode ser benevolente ou hostil, e abrange uma gama eclética de justificações humanitárias ou pseudopericiais da ordem social vigente (como, por exemplo, as teorias do gotejamento gradual, nas camadas subalternas da sociedade, das riquezas legitimamente logradas e acumuladas pelos mais aptos). Nele se enquadra, creio, a noção de *fascismo social* recém-cunhada por Boaventura de Sousa Santos, que concerne a formas (novas, segundo o autor) de dominação que, apesar de inseridas com cada vez mais naturalidade no dia a dia de nossos Estados democráticos, postulam, num gesto thatcheriano, a inexistência definitiva da própria sociedade, e portanto a inóxia da vontade de justiça, de solidariedade e de universalidade. Tais postulados, segundo Boaventura, condizem com práticas agressivas e invasivas de privatização do espaço público, das liberdades básicas e dos “comuns”. A meu ver, no entanto, não é necessário tirar de seu contexto histórico-político a noção precisa de fascismo para lograr caracterizar tendências ou práticas afinal típicas da normalidade capitalista, e perfeitamente assumíveis no âmbito meritocrático da democracia liberal. Aqueles que Boaventura de Sousa Santos chama de “fascistas sociais”, eu antes chamaria de “democratas liberais coerentes”; e o que ele categoriza como “fascismo social”, eu antes categorizaria como “a velha lógica democrata-burguesa de sempre”, voltando a ser ela mesma, depois do parêntese aberrante do Estado de bem-estar social.

<sup>24</sup> Melhor dizendo, de acordo com o direito burguês, nenhum grupo a não ser a burguesia, tem o direito de fazer o que a burguesia faz sempre, a saber, falar monopolisticamente em nome do povo.

exterior. 2) O *povo soberano*, i.e., o povo como δῆμος (*démos*), originalmente mera unidade administrativa na Grécia antiga, que, aos poucos, se viu outorgar direitos políticos que, apesar de distinguirem aqueles que os exerciam da multidão inferior ou do populacho (ver ponto 4 abaixo), carregavam uma dinâmica isonômica própria, normativa para as concepções concernentes ao espaço e ao interesse públicos, que “fez a história” dos séculos VII a IV a.C no Peloponeso. Aqui, o inimigo é predominantemente interno, consistindo em facções oligárquicas que conspiram em seu benefício próprio à sombra dos liames civicos “universais” que as invisibilizam oficialmente. Porém, na ocasião de uma crise de legitimidade, dados subgrupos constantemente lesados ou ignorados (tidos como facções enquanto não vencem) podem chegar a denunciar eficazmente a natureza oligárquica das alianças dominantes e, portanto, sua incompatibilidade com esses mesmos liames. A incoerência inevitável do exercício, de fato oligárquico, do poder político oficialmente democrático-formal não pode deixar de desembocar em tamanhas crises de legitimidade. Além do mais, quando elas sobrevêm, os oligarcas desmascarados (i.e., tidos como facciosos, desde o dia em que ficam derrotados) podem facilmente se ver retratados como pertencentes a algum partido às ordens de forças estrangeiras, já que, de praxe, seus membros viviam lesando a comunidade instaurada por liames isonômicos em si forçosamente impecáveis. 3) O *povo trabalhador*, i.e., o povo como *plebs*: esse é o conceito social de povo como conjunto de grupos dominados, parcial ou totalmente excluídos (de fato ou de direito) do desfrute de bens patrimoniais e, por extensão, privados do exercício efetivo de vários direitos políticos. Esses grupos populares reunidos pelo termo de *plebs* se caracterizam pelo fato de que seus membros vivem de seu trabalho. Mais precisamente, a plebe reúne tanto aqueles que podem viver da venda dos produtos de seu trabalho ou da venda de seu trabalho como serviço (os trabalhadores), quanto aqueles que vivem exclusivamente da venda de sua força de trabalho e que, portanto, não possuem nem os produtos de seu trabalho, nem o seu próprio trabalho (os proletários). A questão crucial aqui é a justiça, tida como redistribuição material para fins de atenuação das discórdias, ou, como dizia Maquiavel, dos “humores”. O inimigo, neste caso, é indiferentemente interno e/ou externo, uma vez que, mesmo sendo ainda bastante heterogêneo, o conceito de plebe *qua* classe social, por se alicerçar num critério de definição material, já basta para lograr desvelar a imprecisão culposa do conceito de cultura e desmascarar a artificialidade ideológico-mitológica do conceito oligárquico de nação (que, em sua acepção moderna,

é suscetível de remeter tanto à identidade cívica e, portanto ao *dêmos*, quanto ao parentesco familiar ou tribal do *ethnos*, particularmente em situações que envolvem a sobrevivência da coletividade política, como no caso de uma guerra). 4) O *povinho*, o povo como *λαός* (*laos*), i.e., no melhor (e no mais raro) dos casos, a população de dado lugar em geral (sem maior caracterização), ou, com mais frequência, o populacho, a população, agregado social desqualificado, multidão inferior, distinta do *dêmos*. Trata-se então da massa idiota, ie, etimologicamente, apolítica por ser politicamente incompetente. Atrás desse termo, extremamente pejorativo (que vocábulos como “leigo” ou “laico” ecoam de modo muitíssimo fraco, indireto e longínquo em língua lusa), reencontramos a questão dos critérios da concessão da cidadania plena, porém, desta feita, em sua vertente negativa, pois o populacho corresponde, justamente, àquela multidão que “desmerece” *a priori* da cidadania. Insisto: não *a posteriori*, i.e., em decorrência de algum crime cuja comissão desqualificaria politicamente seus autores; e sim *a priori*, i.e., em virtude de alguma espécie de ações e atividades de cujo cumprimento os membros do *laos* são, pelo contrário, tidos como incapazes. Dependendo dos termos concretos da distinção do *dêmos* e do *laos*, essa multidão pode reunir, por exemplo, todos os “cidadãos passivos” e os excluídos de um sistema eleitoral censitário, ou todas as “cidadãs” num sistema eleitoral baseado no sufrágio universal masculino. Daquilo que precede, pode-se observar que, sendo altamente polissêmico, o conceito de povo, além de propenso a uma volubilidade que tem seu valor para quem almeja utilizar e manobrar multidões, também representa um atalho prenhe de virtuais dinâmicas da história. Pois, tais ambiguidades irão ecoar nas contradições reais que, na modernidade, o pretense consenso pluralista das teorias do contrato social almejará ocultar. Seguem alguns exemplos.

§8. *Primeiro exemplo: a passagem do laos à plebs*. Passar do *laos* à *plebs* significa acessar a consciência de classe trabalhadora *lato sensu*, ou até mesmo, proletária *stricto sensu*: as camadas da população que permaneciam excluídas da vida das instituições e das decisões políticas descobrem sua aptidão ao protagonismo social. O que ocorre aqui é uma transformação interna ao próprio *laos* que, ao se tornar ciente de si, de sua potência produtiva e/ou de sua indispensabilidade econômica, também passa a se organizar para lutar contra uma situação política e uma ordem social doravante inaceitáveis. Vale notar que, aos olhos da burguesia capitalista, se a parte do *laos* que alcança a consciência de classe trabalhadora *lato sensu* pode, pontualmente, ser paparicada para lograr isolar e

enfraquecer o proletariado *stricto sensu* (estratégia essa que, a longo prazo, deu à luz a tal “classe média”), a parte do *laos* que alcança a consciência de classe proletária nunca deixa, pelo contrário, de pertencer à corja do *laos*. Simplesmente, ela passa a ser identificada com a canalha, alvo de repressão policial. Do outro lado da luta de classes, aos olhos do proletariado, a parte do *laos* que se recusa ao protagonismo sociopolítico corresponde ao *laos* do *laos*, i.e., à plebe “alienada” (Marx), à *plebs* que não atua como proletariado, seja porquanto não discerne que a defesa de seus interesses reais se coaduna com tal atuação, seja porquanto não intenta tal atuação (como no caso dos sindicatos “amarelos”), seja porquanto não é capaz de desempenhar tal papel, por motivos materiais objetivos (como nos casos do precariado e do lumpenproletariado, variáveis de ajuste ilhadas no parasitismo social, às margens dos modos e das relações de produção que possibilitariam sua inserção no seio do proletariado<sup>25</sup>). Embora, de uns anos para cá, se multipliquem os esboços de redefinições positivas do vocábulo “populismo”, inclusive em certos pensamentos marxizantes ou republicanos<sup>26</sup>, sustentar-se-á nas linhas seguintes que o

---

<sup>25</sup> É imprescindível ressaltar, por conseguinte, que, mesmo no marxismo, ainda subsiste, no seio das camadas populares, um *laos* fora do proletariado, uma multidão informe que, carecendo de qualquer consciência de classe é, por isso, manipulável à vontade pela burguesia. Em seu seio se recrutam, decerto, fura-greves, quebradores de piquetes e milícias patronais, mas sobretudo a imensa massa de manobra dos idiotas úteis do Capital, que, ao fazerem “caras-de-paisagem” diante da luta de classes de que também são vítimas, creem ora poder se eximir da mesma, ora arriscar bem menos do que aqueles que, embora vivam em condições semelhantes, resolvem protagonizá-la. Assim sendo, esse *laos* da alienação, além de fornecer batalhões de aliados objetivos à burguesia, não é apto à superação de sua “incompetência” sociopolítica pelos seus recursos próprios (certas páginas d’O Manifesto do Partido Comunista de 1848 não deixam dúvidas a esse respeito). Sobre tais bases, o problema torna-se o de saber qual o papel exato dos trabalhadores não-proletários e dos diversos exércitos de reserva do Capital nos projetos revolucionários...

<sup>26</sup> Tem havido um interesse renovado em torno do termo “populismo” na Europa e nos Estados Unidos no séc.XXI. Ora, é digno de nota que muitas das retomadas teóricas dessa palavra adotam o feitio de tentativas para lavá-la de suas conotações predominantemente pejorativas. Destarte, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (numa ótica pós-marxista que acabou inspirando o movimento espanhol Podemos) pleiteiam a favor do reconhecimento do valor genuinamente radical do populismo, que corresponderia, por exemplo no contexto do peronismo, a resistências e conflitos sociais múltiplos, que, ao invés de fragmentarem a sociedade, gerariam a própria política, i.e., a capacidade que a multidão popular tem de se insurgir como que harmonicamente contra o poder instituído hegemônico. Em *Populisme: les demeureés de l’histoire*, Chantal Delsol (numa ótica que junta republicanismo e aristotelismo) parte do diagnóstico (a meu ver: exato) de que, tendo a noção de populismo a função de injuriar um adversário, ela propicia muito mais informações acerca de quem a usa do que acerca de quem ela alveja. Sobre tais bases, Delsol não pretende restaurar o valor político do populismo, e sim determinar 1) a que necessidades reais ele remete (resposta: às necessidades de enraizamento e de estabilidade); e 2) o grau de legitimidade das mesmas num regime político, a democracia parlamentar e pluralista moderna, que costuma se valer da soberania... popular. Ora, conforme Delsol observa, de modo cada vez mais gritante, esta legitimidade se vê negada pelo elitismo universalista, globalista, liberal, humanista, desenraizado e burocrático que anima as classes abastadas dos grandes conjuntos federais supranacionais contemporâneos; elitismo que, apesar de indubitavelmente capitalista, compartilha com o vanguardismo leninista que forjou a injúria “populismo”, do mesmo desprezo supostamente esclarecido e potencialmente despótico para com as insuficiências e as nostalgias do povão. Justamente, em relação a esse povão, a obra de Jean-Claude Michéa, sobre a base de

“populismo de esquerda” não corresponde a essa passagem do *laos* à *plebs*, mas antes condiz com as contradições que assombram as origens das revoluções liberais burguesas, i.e., com as ambiguidades sintomáticas da instauração das repúblicas formais modernas.

§9. *Segundo exemplo: a passagem do laos ao dêmos.* Passar do *laos* ao *dêmos* equivale a desposar a consciência cívica e/ou nacional, ie, a cidadania formal, isonômica e (oficialmente) aclassista. O resultado desse tipo de conversão poderia, na modernidade política, ser chamado de “populismo cívico” ou de “demagogia nacional-cívica”, não fosse o fato digno de destaque de que, justamente, por amiúde congruir com interesses meramente oligárquicos (dissimulados pelos invólucros retóricos da “meritocracia” ou da “virtude republicana”), ele raro se vê explicitado como tal, a não ser por nostálgicos do Antigo Regime. O que ocorre aqui não é uma transformação do próprio *laos*, e sim uma saída para fora deste, ora porque ele deixa de existir (caso *todos* seus membros se tornem cidadãos de pleno direito, cidadãos ativos; o que, até hoje, nunca aconteceu *stricto sensu*: menores de idade, por exemplo, são cidadãos em devir, que ainda não desfrutam do exercício de seus direitos cívicos), ora porque dado grupo até então pertencente ao *laos* encontra-se agraciado pela obtenção da cidadania ativa (o que significa que este grupo extirpado de um *laos* que segue existindo passa a adotar uma posição jurídico-política sobranceira em relação ao mesmo). Decerto, intervêm incontestavelmente rudimentos de passagem do *laos* à *plebs*, i.e., à consciência de classe social oprimida, no decurso dos episódios revolucionários prenunciativos ou originários do republicanismo formal (exemplo: a Marcha para Versalhes de outubro de 1789, ou os levantes de *sans-culottes* parisienses armados em setembro de 1792). No entanto, ainda que a burguesia dos séc.XVIII-XIX tenha sabido reconhecer, e de bom grado diga-se de passagem, que “é preciso agitar o povo antes de servir-se dele” (Talleyrand), i.e., utilizar em seu proveito tais rompantes sanguinários, inevitáveis, de uma população em si néscia; ela também

---

uma analítica meticulosa, documentada e devastadora dos discursos e mecanismos liberal-democratas, preconiza (numa abordagem anarco-socialista) o advento de um populismo antiliberal de proximidade sobre as ruínas das sociedades civis desindustrializadas do já falecido primeiro mundo, populismo esse que, além de alheio às utopias longínquas e aos grandes edifícios institucionais que têm caracterizado os socialismos reais do séc.XX, leninista, estalinista ou maoista, ecoaria a *common decency* enfatizada por George Orwell, i.e., a decência prática, cotidiana, das pessoas humildes, decência imediatamente moral sem jamais ser moralista, humana sem ser humanista nem humanitária. Cada qual a sua maneira, todos esses autores admitem a virtualidade catastrófica do populismo de extrema-direita; sem contudo se furtar a enfatizar que, no preciso contexto político-econômico dos anos 2010, a maioria dos populismos expressam ideias que os clerôs periciais resolveram calar, como se inexistissem, a saber, a autoridade e a soberania políticas, a regulação dos mercados, o controle institucional dos bancos, a integração econômica e cultural dos imigrantes, etc.

ênfatiou (por exemplo, ao massacrar dezenas de milhares de trabalhadores parisienses em junho de 1848 ou ao dizimar a Comuna em maio de 1871) a necessidade de não protelar a repressão da canalha tão logo esta tenha cumprido seu único papel aceitável, a saber, contribuir a título de massa de manobra para a instauração de um regime cujo soberano passa a ser a totalidade das “pessoas de bem”, i.e., os cidadãos... ativos, as “pessoas de *bens*”, competentes por lograrem justificar de uma renda regular e da posse de bens materiais; tradução: por pertencerem à burguesia. É claro, análises republicanas, mais propensas ao comedimento, irão frisar que os pilares desse regime sendo universalistas e formalistas, é, portanto, o grande mérito dele ser capaz de auto-aprimoramento institucional. De fato, a democracia parlamentar dos primórdios não excluía definitivamente “populares” ou “passivos” da cidadania: eles eram sim oficialmente cidadãos; simplesmente eles eram representados *a priori* (ao passo que os cidadãos ativos eram representados *a posteriori* por aqueles que elegiam). Tal passividade remetia a sua inaptidão a satisfazer a critérios que eram *os mesmos para todos*; os quais, ademais, evoluíram, em questão de décadas, em direção a uma “democratização” dos direitos (e dos deveres...) políticos. Aliás, a história das repúblicas é ritmada pela contestação popular, “leiga”, da legitimidade dos referidos critérios da cidadania plena; e pela contestação paralela (por parte da burguesia e em nome da meritocracia) da competência que o *laos* republicano dos cidadãos passivos possuiria de contestar sua própria passividade política. Pois, desmascarar os interesses particulares da burguesia que se escondem atrás do suposto interesse geral do povo/Estado-nação e pleitear a favor de interesses populares não-burgueses é sempre correr o risco de se expor à acusação meritocrática (ou republicana) de cindir o povo ao distinguir *dêmos* e *plebs*, soberano e trabalhador, quem manda e quem sustenta quem manda<sup>27</sup>. Essa é propriamente a contradição fincada no liberalismo político e na isonomia estado-nacional: quando em 1789, sob a égide dos lemas de Sieyès, os representantes do Terceiro-Estado

---

<sup>27</sup> Essa acusação meritocrática tem uma origem iluminista. Assim, grande parte do enciclopedistas almejava o fim das hierarquias do Antigo Regime (i.e., das hierarquias por ordens) e sua substituição por uma hierarquia “racional” (que espelharia o grau de competência socioeconômica). No iluminismo, a hierarquia racionalizada da sociedade corresponde, portanto, à tomada do poder pela burguesia. Aliás, toda concepção da igualdade política que passaria por uma contestação desta hierarquia “racional” entraria, segundo muitos autores, em contradição com a própria natureza humana. Citemos Voltaire: “...[N]ão pretendo falar da populaça: em todos os países, sua ocupação única se limita ao trabalho de suas mãos: o espírito de uma nação sempre reside no pequeno número, que faz o grande número trabalhar, é alimentado por este, e o governa” (Voltaire – *Essai sur les mœurs et l'esprit des nations*, II, CLV).

proclamaram que este tornava-se sinônimo do Estado-nação, decerto aboliram os demais Estados, aristocrático e eclesiástico, ilegítimos por não serem “populares”, porém também desencadearam *ipso facto* uma série de contestações referentes à definição e abrangência da dita “legitimidade popular”, conceito que veícula a demagogia própria à burguesia, i.e., a demagogia cívica e parlamentar, mas só se vê exposto à luz do dia como tal quando chega a ameaçar os interesses da alta burguesia. Ora, de 1789 a 1792, esta conseguiu manter as aparências de sua legitimidade popular ao tutelar a Revolução e ao aliar-se episodicamente, para tanto, a membros do *laos* armados por ela para contribuírem à *tabula rasa* das elites<sup>28</sup>. Notemos com proveito : por enquanto, curiosamente, nenhum sinal alarmante de demagogia, já que liberais não podem ser demagogos e que a demagogia só pode ser uma acusação de liberais destinada a injuriar seus adversários... Aliás, de repente, de 1792 a 1794, tudo muda. Pois, num contexto emergencial de derrocada da monarquia, de proclamação da república e de guerra generalizada, tanto civil quanto externa, a questão da legitimidade popular adotou novos contornos (mais suscetíveis de garantir a sobrevivência da própria Revolução, então ameaçada por toda parte), e se voltou contra toda pessoa (fosse ela... burguesa) simplesmente suspeita de simpatia para com o Antigo Regime. De repente, patriotismo e republicanismo matizaram-se de certo militarismo popular, impelido por uma conscrição geral inédita na história europeia. Destarte, ao instaurarem o sufrágio universal masculino e o tabelamento dos preços, em 1793, a Convenção e o Comitê de Salvação Pública, sob o domínio da Montanha (constituída, principalmente, por jacobinos oriundos da baixa e da média burguesia), também inauguraram uma tradição política que, para poder erguer o estandarte do mais absoluto aclassismo republicano, ficou mais atenta à pluralidade social de sua base, e, por isso, passou a reconhecer, contra o universalismo formal do liberalismo voltairiano que predominara de 1789 a 1792, a relevância de certas reivindicações (materiais ou não) oriundas do *laos*. *Ecce Sinistra!*... Ora, será mesmo legítima a acusação de demagogia que o liberalismo girondino da época não deixou de endereçar a esta ala “esquerda” do republicanismo?<sup>29</sup> À primeira vista, é inegável que certas de suas características constam entre aquelas geralmente atribuídas no século XX ao populismo: assim, caso se julgue o governo revolucionário montanhês através dos

---

<sup>28</sup> Isto é: para eliminarem aristocratas conspiradores ou padres refratários.

<sup>29</sup> Ver, por exemplo, as famosas críticas de Hegel ao Terror republicano na *Fenomenologia do Espírito*.

critérios liberais da nossa modernidade tardia, tratava-se de um regime que, em nome da legitimidade popular, designava inimigos a eliminar fisicamente, e de forma sistemática<sup>30</sup>. E, caso se julgue esse governo através dos critérios marxistas, tratava-se de uma aliança *de fato policlassista*, com grande base popular urbana e rural (principalmente radicada no *laos*), sob controle de segmentos consistentes das baixa e média burguesias, eles mesmos liderados por chefes carismáticos dotados de forte poder militar (dentre os quais se destacava Robespierre, o Incorrúptível). Contudo, vale salientar, primeiramente, que os referidos chefes respeitavam o princípio da eleição. Ademais, quanto ao regime de exceção (o Terror) que vigorou enquanto os chefes montanhese ocupavam os principais cargos do executivo da Revolução, ele decorria da situação retratada acima, da qual eles herdaram, e que é perfeitamente resumida pelo título do decreto “A Pátria em perigo” de 22 de julho de 1792. Enfim, não deve ser esquecido que essas leis de exceção, por mais radicais que fossem, eram institucionalmente enquadradas. Aliás, foi justo em nome delas que esses mesmos montanhese do Comitê de Salvação Pública foram prontamente liquidados pelo poder verdadeiro (os grandes bancos), assim que foi tida como cumprida a missão primordialmente militar pela qual haviam sido designados. A partir da Reação Termidoriana de 1794, golpe de estado fomentado pela burguesia financeira, a república (não só salva como, daqui por diante, conquistadora e expansionista) aplicou um severo corretivo institucional àquilo que, desde então, tem sido comodamente retratado como um capítulo abominável e tirânico de demagogia populista. O que explica porque toda contestação popular alheia aos interesses dos proprietários materiais da sociedade, toda tentativa “leiga” de tirar as rédeas político-institucionais das mãos da alta burguesia, ainda equivale hoje em dia, para o liberalismo político, a um retorno do recalcado revolucionário. Esse recalcado remete 1) às origens demagógicas e violentas da revolução liberal (de “direita”, voltairiana) de 1789 e da revolução republicana (de “esquerda”, rousseauista) de 1793, origens tão xucas e chulas quanto a prosa homicida do *Père Duchesne*; e 2) aos perigos decerto dialéticos, porém reais para a burguesia, contidos nos ímpetos terroristas da Convenção contra o *laos* “voluntário”, e não mais conato nem herdado, constituído por aqueles (nobres, pobres ou... burgueses) que “se recusam a ser

---

<sup>30</sup> Basta pensar nas famigeradas “colunas infernais de Turreau” que, num contexto de guerra total, perpetraram o que um número cada vez maior de historiadores considera ser um verdadeiro genocídio na região da Vendée, onde, em 1793-1794, foram aniquilados de 150.000 a 300.000 Chouans (camponeses sediciosos que se opuseram ao confisco estatal do patrimônio da Igreja e à execução do rei Louis XVI).

livres” (Rousseau), os “inimigos da liberdade” (Saint-Just), fadados a “experimentar a gravata do Capeto [Louis XVI]” (Hébert). Cabe observar, ademais, que, mui estranhamente, não foram os batalhões de “vulgos” liderados pelos “populistas” montanheses que pavimentaram o caminho que levou ao golpe de 18 de Brumário (em 1799), à odisséia bonapartista e à instauração da autocracia imperial, e sim os peritos liberais e girondinos do Diretório (1795-1799), cuja “legitimidade popular” acabou devendo tanto aos sucessos da alta oficialidade militar que bastou o carisma de um jovem general apoiado por um punhado de parlamentares e meia dúzia de quartéis (aos quais, sejamos exaustivos, se juntaram alguns bancos...), para lograr suplantá-la de vez, e para, em seguida, exercer o poder de forma personalista durante mais de 15 anos; o que constitui, segundo aplicamos critérios marxistas ou liberais, ora um exemplo (que se repetirá no séc.XX) de parto quase natural de uma tirania militar por uma democracia representativa, i.e., apadrinhada pela burguesia financeira; ora uma primeira face do tal “populismo de direita”<sup>31</sup>: uma laia de militarismo que exerce, decerto, uma tirania em nome do culto à ordem, porém uma tirania *de novo regime*, que pretende não apenas perpetuar, mas ainda zelar a legalidade republicana e a isonomia cívica no exato momento em que impõe à aplicação das mesmas o requisito mortal de sua submissão a um poder político absoluto, discricionário e arbitrário (exemplo: o Código napoleônico de 1804, formalização do direito civil herdado do direito romano e das leis da Revolução). Agora, para descrever outra face possível desse “populismo de direita”, ou dessa “tirania militar filha da burguesia liberal”, é mister abordar outra virtualidade política, desprovida de conotação nacional-cívica, e contida nas ambiguidades étnicas do conceito de povo.

§10. *Terceiro exemplo: a passagem do laos ao ethnos.* Passar do *laos* ao *ethnos* equivale a cimentar a coesão popular por meio da afirmação do pertencimento cultural-“racial” a uma terra e a uma filiação. Embora valha ressaltar a permeabilidade histórica mútua dos nacionalismos de esquerda e de direita, eles não deveriam ser confundidos por uma análise liberal-democrata coerente: o nacionalismo de esquerda é cívico, jurídico e formal, ou seja, nele a lei é a mediação universalista constante entre o indivíduo e o cidadão nacional, ao passo que o nacionalismo de direita é orgânico, ou seja, nele o liame de todo filho da pátria com a progênie nacional há de prevalecer a toda consideração

---

<sup>31</sup> As aspas são devidas àquilo que enfatizamos em relação às insuficiências do rótulo liberal-democrata “populismo” (ver §6).

institucional<sup>32</sup>. Naquele nacionalismo, *grosso modo* o de Rousseau, Kant e Renan, a nação, princípio jurídico racional e/ou espiritual, ora nasce da lei do Estado, ora só passa a existir efetivamente nesta e por meio desta. A supremacia da constituição, do contrato social, garante os termos da liberdade política dos indivíduos e, por isso, ferir o Estado em nome de interesses particulares é ferir a nação agindo feito faccioso. Pelo contrário, neste nacionalismo, o de Herder, do romantismo alemão e do Fichte dos *Discursos à nação alemã*, toda lei do Estado brota do solo vivo da nação; o povo, indivíduo coletivo orgânico, está “acima da direita e da esquerda”, postura essa, sobranceiramente “imparcial”, que, segundo uma famosa fórmula sarcástica de Alain, é típica da... direita (além de ser mãe do antiparlamentarismo, atrevo-me a acrescentar). Por isso, no nacionalismo orgânico, toda contestação da ordem social e dos costumes paulatinamente sedimentados pelas tradições há de ser rejeitada e reprimida como sacrílega. Decerto, boa parte da força demagógica de ambos nacionalismos reside no pretenderem calar revoltas ou oposições em nome do “povo” (daí sua porosidade mútua), simplesmente o nacionalismo cívico o faz sob o auspício de um povo instituído como nação na e pela lei do Estado; enquanto que o nacionalismo orgânico o faz sob a autoridade de um povo supostamente singular do ponto de vista biológico e de uma herança, uma cultura, cujas ordens e hierarquias eventuais provêm de necessidades intrínsecas inquestionáveis pelos homens que nascem e vivem em seu seio. Essa diferença poderia parecer tênue se aquilatada a partir de suas consequências mais imediatas: de fato, há uma ambiguidade inerente ao patriotismo moderno, indispensável para a sua eficácia demagógica de alistador (oficialmente) cego

---

<sup>32</sup> Fichte é um exemplo de pensador que passou do nacionalismo universalista, republicano e cívico mais intransigente (em 1793-1795) ao nacionalismo diferencialista, orgânico e cultural-racial mais radical (em 1805-1808). Portanto, a passagem de uma vertente do nacionalismo para a outra é possível. Contudo, o fato de haver uma passagem indica que os dois nacionalismos não podem ser reduzidos um ao outro, a não ser que se denuncie a alienação nacionalista a partir de uma definição do povo como classe proletária (ótica marxista), ou a partir de um discurso que reivindica a legitimidade dos interesses infrapolíticos do próprio *laos* (ótica que corresponde a certas vertentes do anarquismo: ver nota de rodapé n.35). Estritamente falando, a única das 3 matrizes populares que não deveria poder reduzir uma à outra essas duas vertentes do nacionalismo é justo a que se vale do *dêmos*: objetivamente, democratas liberais não possuem critérios próprios que pudessem justificar sua rejeição do republicanismo cívico para fora do campo dos discursos democráticos... Única solução: fustigar a pretensa identidade “estilística” de ambos nacionalismos/”populismos” (cf.§11 acima) para conjurar a identidade, bem real, das definições da legitimidade popular no liberalismo e no republicanismo; e ocultar a capacidade, inúmeras vezes verificada na história, que a democracia liberal tem, sempre que os interesses da alta burguesia estão em jogo, de se transformar no seu suposto oposto: a autocracia, bonapartista (militarismo universalista) ou étnico-racial (militarismo diferencialista)...

ante as distinções de classes na hora do sumo sacrifício pela pátria amada<sup>33</sup>; ambiguidade que surge sempre que se quer identificar a quem precisamente pertence “o sangue impuro” com o qual a *Marselhesa* conclama os cidadãos a “regar [os] sulcos” franceses: será esse sangue o do holocausto do *sans-culotte*, sangue desprovido de qualquer “pingo” de aristocracia, louvavelmente impuro por não ser azul, sangue cívico? Ou será esse sangue o do inimigo estrangeiro, detestavelmente impuro por não ser francês, sangue

---

<sup>33</sup> Cegueira e equanimidade oficiais que não enganam os mais anarquistas e os mais pacifistas entre os defensores dos interesses infrapolíticos (ou existenciais) do *laos*. Citemos os versos de Georges Brassens: “Morrer por ideias / A ideia é excelente. / (...) Os Santarrões que pregam o martírio alheio / Com frequência demoram-se aqui em baixo. / Vale observar: para estes, morrer por ideias / É uma razão de viver, da qual, aliás, não se privam! / (...) Disso concluo que devem viver cochichando, para si mesmos : / ‘Morrer por ideias? Tudo bem, mas então que seja de morte bem lenta!’ / (...) Quando o sábio vê as ideias chegar, / Cada qual com sua grande bandeira, / Ele tergiversa à beira do túmulo / Morramos por ideias, tudo bem! Mas de morte bem lenta! / (...) Ó agitadores! Ó bons apóstolos! / Se não for um incômodo, morram primeiro: nós lhes cedemos a passagem. / Por favor, estou implorando, / Deixem os outros viver! / A vida é quase que o único luxo deles aqui em baixo.” (Georges Brassens – *Mourir pour des idées*). Ou ainda: “Era uma vez o meu Tio Martin, era uma vez o meu Tio Gaston. / Um gostava dos Tommies, enquanto o outro gostava dos Teutões. / Cada um deles morreu para seus amigos respectivos. / Eu, que não gostava de ninguém, olha só! Ainda estou vivinho! / Agora, meus queridos tios, que o tempo passou, / Agora que suas viúvas já substituíram os Senhores, / (...) Agora que [todos] dão tanto valor a suas batalhas / Quanto vocês mesmos outrora para a Guerra de Cem Anos, / (...) Podemos lhes confessar, ó meus pobres queridos tios, / (...) Que ninguém se importa mais com suas verdades, nem com suas inverdades, / (...) nem com suas abominações, nem com suas desolações. / (...) Com todo o devido respeito, digo: ninguém dá mais a mínima / Para aqueles seus pratos de choucroute, nem para aquelas suas xícaras de chá. / Como sói dizer-se, a vida continua : / Hoje em dia, suas duas cruzes fazem pouquíssima sombra. / Pois é, eis que vocês se tornaram dois Soldados Desconhecidos, enterrados longe, bem longe do Arco do Triunfo... / Agora, ó pobres e queridos tios meus! / Aposto que se os Senhores tivessem sobrevivido, e estivessem aqui entre nós / Cantariam esta minha música junto comigo / Cantariam, brindando à saúde um do outro, / Que é loucura perder a vida por ideias. / (...) Se houver alguém entre meus ouvintes que esteja a ponto de bater as botas, / Alguém que hoje a noite tenha encontro marcado com Seu Criador, / Peço por favor, quando no além esbarrar com meus dois tios, / Que lhes ofereça esses dois *não-me-esqueças*, / Esses dois miosótis que brotaram em meu jardim, / Um pequeno *forget-me-not* para o meu tio Martin, / E um pequeno *Vergiss-mein-nicht* para meu tio Gaston, / Pobre amigo dos Tommies, pobre amigo dos Teutões...” (Georges Brassens – *Les Deux Oncles*). Podemos citar também essas linhas emblemáticas de Céline : “[P]ensando bem, estamos todos sentados numa imensa galera, remando sem parar... Sentados em cima dos pregos, e puxando tudo, nós aqui!... E o que é que se tem em troca? Nada! Só porras, desgraças, mentiras e tudo que é safadeza. Estamos trabalhando! dizem eles. É isso que é ainda mais nojento do que qualquer outra coisa, o trabalho deles. A gente fica lá embaixo, nos porões, botando os bofes pela boca, fedendo, os colhões pingando, e azar o nosso! Lá em cima, no tombadilho, no fresco, estão os mestres, pouco se lixando, com lindas mulheres cor-de-rosa e inundadas de perfumes, nos joelhos. Mandam a gente subir até os tombadilho. E aí, põem suas cartolas e depois nos metem pelo meio da cara um esporro daqueles: ‘Cambada de escrotos, estamos em guerra!’, dizem. ‘Vamos atracar onde estão os filhos da puta da pátria número 2, vamos meter-lhes bala nos peitos! Andem! Andem! A bordo, vocês têm tudo o que é preciso! Todos em coro! Comecem a se esgoelar, a plenos pulmões, vamos ver só, e que tudo estremeça: Viva a Pátria número 1! Que sejam ouvidos de longe! Quem berrar mais alto vai receber a medalha e uns santinhos do Menino Jesus!’...” (L.-F. Céline – *Viagem ao fim da noite*, trad. Rosa Freire d’Aguiar, ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2009, p.16).

racial?<sup>34</sup> Seja qual for a resposta, o resultado há de ser o sacrifício do patriota<sup>35</sup>... Todavia, a longo prazo, a diferença aparentemente tênue acima mencionada chegará a distinguir nada mais, nada menos, que o regime republicano, por um lado, e outro regime, que o século XX chamará de fascista e/ou de nazista. Enquanto que, do *laos* ao *dêmos*, o que acontece é uma passagem da incompetência sociopolítica à competência cívica; do *laos* ao *ethnos* nacional, o que ocorre é uma passagem, radicalmente diversa, da incompetência sociopolítica a um pertencimento cultural e “racial” que é imediatamente sinônimo de remessa unilateral da gestão de toda a dimensão político-institucional e de todos os poderes à tutela do(s) chef(es) (o *Duce*, o *Führer*, etc.) que, por encarnarem a unidade orgânica, étnica ou racial, do povo, monopolizam legitimamente a competência. Outrossim, essa diferença vira particularmente nítida se porventura parte do *laos* for excluída do *ethnos* nacional: no caso do nacionalismo cívico, diversos ἔθνη podem conviver, contanto que acatem a mesma lei comum, que se impõe tanto ao *dêmos stricto sensu* (os cidadãos ativos) quanto ao *laos* (i.e., ao *dêmos lato sensu* dos cidadãos passivos); no caso do nacionalismo orgânico, pelo contrário, quem não pertence ao povo étnico-racial, torna-se membro de um *laos* absoluto, quer dizer, inextricavelmente alheio à legitimidade popular. Essa pessoa é e sempre será apátrida, inferior e suspeita aos olhos da própria

---

<sup>34</sup> A porosidade entre matrizes da legitimidade popular se agrava em situações de mudança de regime político; mas ela pode ainda piorar, e muito, em caso de implosão da própria estrutura estado-nacional. Lembremos, por exemplo, daquilo que ocorreu durante as décadas de 1980 e 1990 na ex-Iugoslávia: nos anos que seguiram a morte do Marechal Tito (em 1980), a legitimidade popular de tipo socialista que vigorava na República Federal (e em que predominava a matriz da *plebs*) se fragmentou em diversas legitimidades populares nacional-cívicas correspondentes à autonomização política crescente das 6 repúblicas socialistas da federação agonizante (nessas repúblicas, a matriz do *dêmos* passou a ter a primazia). Quando, no início da década de 1990, sobrevieram as declarações de independência de certas dessas repúblicas, imediatamente, a questão da legitimidade da presença física, em cada uma dessas novas nações independentes, de grupos populacionais minoritários e originários das demais repúblicas vizinhas, e a questão do grau de cidadania a conceder a seus integrantes deflagraram um processo de guerra civil generalizada (no qual a espécie de legitimidade popular prevalecente passou a remeter à matriz do *ethnos*), o que não deixou de desembocar em episódios de limpeza étnica e religiosa perpetrados por milícias pertencentes a todas as partes beligerantes (e não apenas por certos paramilitares sérvios da Bósnia e Herzegovina, como foi maliciosamente noticiado pela imparcial imprensa ocidental na época, i.e., 20 anos antes do pretense reino da pós-verdade e da suposta “proliferação” das *fake news* devido à ação conjunta dos conspiracionistas e dos populistas...).

<sup>35</sup> Outro exemplo: a Grande Guerra Patriótica que Stalin declarou contra o agressor alemão, numa alocução radiofônica, em 3 de julho de 1941. Muito além da estrita dialética de luta proletária que predominara ao longo da guerra civil russa de 1918-1921, a mobilização de 1941 também exortou à resistência os cidadãos russos, bielorrussos, armênios, uzbeques, etc. (povo-*dêmos*) e exaltou a bravura eslava através das figuras do Príncipe Alexandre Nevsky (vencedor, em 1240, da Batalha do Neva, contra os alemães e os suecos), do Príncipe Demétrio Donskoy (que, em 1380, derrotara os tártaros em Kulikovo); e de grandes Marechais russos do Exército Imperial que derrotara Napoleão, como Kutuzov (povo-*ethnos*).

nação onde nasceu<sup>36</sup>. As diferenças entre nacionalismos cívico e orgânico são, portanto, imensas. E se o tal “populismo” fosse um conceito descritivo, destinado a apontar para doutrinas políticas objetivamente não democráticas, ele dificilmente deveria ser aplicável a movimentos políticos totalmente desprovidos de nacionalismo orgânico. Porém, sendo o vocábulo “populismo” prioritariamente uma arma liberal de difamação por amálgama que permite, em contrapartida, proclamar a suposta excepcionalidade moral da democracia liberal, antes importa no fundo a possibilidade de estender as acusações de fanatismo étnico a movimentos que, por serem alheio a este, ainda possuem *droit de cité*.

§11. *Primeiras conclusões gerais sobre a noção de populismo*. Após exposição atenta dos termos “povo” (ver §7 acima) e “populismo” (ver §6 acima), entende-se que o caráter aproximativo do conteúdo da palavra “populismo” que se observa na tradição liberal-democrata se alicerça em virtualidades diversas inerentes à própria noção de povo. O formalismo jurídico-político das democracias parlamentares burguesas pretende senão conjurar, pelo menos neutralizar as aspirações mais “irracionais” das camadas populares. Quando estas relutam em ver tais aspirações serem enquadradas pelo referido formalismo democrático, e quando algum movimento político se empenha para articular tamanha recusa, os democratas liberais logo diagnosticam o populismo e a demagogia do referido movimento, quer este defenda o povo-*plebs* (ver §8 acima), o povo-*ethnos* (ver §10 acima) ou, até mesmo... o povo-*dêmos* (ver §9 acima)! Falso diagnóstico articulado por falsos médicos que, graças a ele, injuriam o alvo de seu desprezo político e o rebaixam à categoria de mero *laos*. Ora, em nossa parte do mundo ocidentalizado, em nosso

---

<sup>36</sup> Observação complementar: assim que se restaura a mediação jurídico-legal da competência do *dêmos* entre o indivíduo e sua cidadania estado-nacional, o prisma cultural vê suas conotações opressoras e populistas-racistas potencialmente desativadas. Destarte, de umas duas décadas para cá, no Ocidente, o identitarismo comunitário, cultural, sexual, religioso, etc., devidamente mediado pelo formalismo jurídico, tem-se tornado uma matriz cada vez mais frequente de consolidação da cidadania. Aqui, se nega a insignificância política de alguma diferença identitária cultural que permanecia imersa (e ignorada) no *laos* das margens e das minorias. Os partidários desse multiculturalismo jurídico afirmam que ele tem diligenciado complementar o universalismo formal das repúblicas modernas ao dar concretude a variações em torno da identidade do cidadão elaboradas a partir das relações comunitárias possíveis deste para com a coletividade em seu conjunto (*dêmos* includente das diferenças culturais). Os adversários desse multiculturalismo arguem, pelo contrário, que ele antes visa substituir o referido universalismo *stricto sensu* por séries crescentes de direitos subjetivos, que privatizam segmentos da vida coletiva em prol de “povos condominiais” ao erguerem espaços legais onde vigoram privilégios exclusivos que apartam seus beneficiários dos demais cidadãos (*dêmos* devorado pelas diferenças culturais). Pois, será mesmo possível desativar as potencialidades opressoras do identitarismo étnico-cultural? Alias, o que é o fenômeno chamado de “correção política” (ou de “politicamente correto”) senão um instrumento disciplinar prenhe de uma desqualificação (tipicamente liberal) de quem não admitir a outorga de direitos específicos para os cidadãos pertencentes a dada minoria (cultural, religiosa, sexual, etc.)? Os alvos de tal desqualificação: idiotas, fadados pela sua idiotice doravante ilegal, ao *laos* dos intolerantes...

segmento da globalização financeira vitoriosa dos anos 2000-2010, i.e., um segmento em via de desindustrialização e desproletarização avançadas, os critérios liberal-democratas de respeitabilidade política são hegemônicos, e cada vez mais exigentes, conforme manifestam os exemplos de “neopopulismos” a seguir.

*Parte 3: Do lado da conjuntura (anos 2000-2010). Alguns exemplos de “neopopulismos” e seus ensinamentos*

*Um povo derrotado sempre diz que foi traído (Adolphe Thiers).*

§12. *Quatro vitórias eleitorais “populistas” recentes: 1- A mais antiga. A rejeição, por meio de referendos, do projeto de Tratado de Constituição Europeia pelos povos francês e neerlandês, em maio e junho de 2005.* O primeiro dos quatro exemplos de “neopopulismos” que irei submeter a sua sagacidade remete à recusa do projeto de TCE pelos povos francês e neerlandês doze anos atrás. Porque falar em populismo nesse caso? É que, tanto na França quanto nos Países Baixos, os partidos dotados de muitos representantes nas câmaras, sejam esses partidos governistas ou pertencentes à oposição parlamentar da hora, sejam esses partidos de direita ou de esquerda, haviam conclamado os eleitores a votar a favor do TCE, projeto de federalização da União Europeia, que visava acelerar o ritmo das transferências de competências soberanas (em particular, aquelas que atinavam à iniciativa legislativa) para instituições supranacionais. Duas consequências: 1) o centro-direita<sup>37</sup> e o centro-esquerda<sup>38</sup>, que se revezavam constantemente nos executivos de ambos os países desde a década de 1950, fizeram, de fato, campanha juntos, o que pareceu endossar o discurso antiparlamentarista segundo o qual a vida das instituições democráticas não passa de um teatrinho; 2) as campanhas a favor do “Não” em ambos os países foram lideradas por partidos decerto soberanistas, contudo extremamente díspares, por provirem ora da direita nacionalista anti-imigração e anti-Islã<sup>39</sup>, ora da

---

<sup>37</sup>Isto é, os integrantes dos partidos governistas de ambos os países na época: a UMP e o MoDem franceses; e os três partidos da coligação cristã-democrata neerlandesa: CdA, VVD, D’66.

<sup>38</sup>Isto é, mais de 90% da oposição parlamentar em ambos os países na época: o Partido Socialista e os ecologistas franceses; o Partido Trabalhista e os ecologistas neerlandeses.

<sup>39</sup>Como a Frente Nacional francesa, estatista, e as Listas ultraliberais Pym Fortuyn e Geert Wilders, nos Países Baixos.

esquerda radical anti-liberal e antirracista<sup>40</sup>. Com pouca representatividade nos parlamentos francês e neerlandês, e sem coerência ideológica aparente salvo sua comum oposição ferrenha a instituições federais europeias que ameaçavam tirar o exercício da soberania política dos povos para confiá-lo a colégios de peritos não eleitos e oriundos das principais corporações bancárias e financeiras internacionais, os partidários do “Não” ao TCE incipiaram sua campanha sem excessiva confiança em suas chances reais de vitória, até porque tamanha soberania pós-política, *offshore*, tamanha governança tecnocrática, tamanho governo dos peritos, eram amplamente apresentados como uma necessária “modernização” da vida política por quase toda a imprensa, todos os canais de televisão, e todos os meios de informação e de comunicação de ambos países. Entretanto, à medida que o “Não” crescia nas pesquisas de opinião, esses órgãos oficiais daquilo que, a partir de 2005, passaria a ser chamado de “pensée unique” na França<sup>41</sup>, começaram a retratar *todo* opositor ao TCE como simplório e ignorante, ou como saudosista, reacionário e arcaico, e, nas últimas semanas antes do pleito, quando uma vitória do “Não” chegou a ser plausível, como odioso e obscurantista, ou até como xenófobo, racista e, enfim, fascista!... Em geral, os discursos técnicos daqueles que “sabiam” viam sua suposta legitimidade epistêmica redobrada por uma postura moral de rejeição ao ódio e ao fechamento das fronteiras, semelhantes com “as horas mais sombrias da história europeia”... Mas, de nada adiantou os “civilizados” tentarem ressuscitar os fantasmas das décadas de 1930 e 40 para poder reduzir a defesa da soberania popular (base de qualquer contrato republicano...) à expressão tribal e passional de um nacionalismo/patriotismo bélico. Em 29 de maio de 2005, 55% dos Franceses rejeitaram um texto que mais de 95% de seus representantes eleitos nas câmaras, e quase 100% da mídia de massa haviam apoiado. Três dias depois, em 1 de junho, nos Países Baixos, 61.5% dos votos foram contrários ao TCE. A roda de adesões ao Tratado que começara exitosamente meses antes em países-membros da UE que haviam optado pela... via parlamentar, “civilizada” (ao invés da via da consulta referendária, “populista”), foi brutalmente interrompida. Aos poucos, todavia, os “peritocratas”, nocauteados, se reorganizaram e resolveram... ignorar o resultado desfavorável desses pleitos para seguir edificando, a qualquer custo, a Europa federal: destarte, em 2008, em Lisboa, os governos

---

<sup>40</sup>Como o Partido Comunista ou os pequenos partidos trotskistas franceses, e o Partido Socialista neerlandês.

<sup>41</sup> Isto é, de “pensamento único”, de ortodoxia político-econômica liberal hegemônica.

dos países-membros da UE adotaram um texto quase idêntico ao TCE de 2005, texto ao qual, dessa vez, a França e os Países Baixos aderiram pela via parlamentar... O “Não” populista que havia saído das urnas virou um “Sim” nos bastidores civilizados da “governança”, aquele apostolado da pretensa transparência política. Nessa ocasião, um soberano substituiu outro, discreta mas discricionariamente: Beemote dispensou Leviatã; a burocracia tecnofinanceira, “civilizadora”, abriu mão da metafísica da soberania republicana, demasiado “populista”, para (cada vez que necessário) poder viger sem passar pelo mandato eletivo de representantes do povo nem pela legitimidade referendária; inaugurando, desta feita, *a era da dominação direta, desprovida de autoridade*. Os contratos sociais das democracias francesa e neerlandesa foram rasgados em troca de duas poltronas no Conselho de administração da *Bundesbank*. Na Europa, a partir do Tratado modificado de Lisboa, em 2008, ficou oficialmente solto o “animal selvagem” de que o jovem Hegel falava, por volta de 1798, quando se referia à sociedade civil desfreada, reduzida a um mero mercado.

§13. *Quatro vitórias eleitorais “populistas” recentes: 2- O partido Syriza na Grécia, em janeiro de 2015.* Segundo exemplo: o “populismo de esquerda” do partido grego Syriza (“Coligação da esquerda radical”), fundado em 2012, e já vitorioso nas eleições gerais de janeiro de 2015, num contexto de crise financeira global e de crise de pagamento dos juros da dívida pública grega junto a seus credores internacionais (FMI, Banco Mundial, Banco Central Europeu), contexto que desqualificou todos os partidos governistas “tradicionais” de centro-direita e centro-esquerda (particularmente o PASOK, o Partido Socialista) que dominavam a vida política do país desde o fim da Ditadura dos Coronéis (em 1974) e a adesão da Grécia à Comunidade Europeia (em 1981). Essa vitória “neopopulista” começou como a promessa de uma alternativa democrática aos rigores tecnocráticos das políticas econômicas de austeridade orçamentária e de cortes de gastos, cada vez mais intensos nos países da União Europeia desde a crise financeira de 2007-2008, particularmente em se tratando da Grécia. Renegociar as margens de manobra do poder político, amparados na legitimidade conferida por um pleito vitorioso: tal era o projeto de Tsípras e Varouflakis, os dois líderes do partido Syriza. A partir de janeiro de 2015, Tsípras, agora Primeiro Ministro, e Varouflakis, agora Ministro da Economia, passaram a negociar os termos do pagamento da dívida grega em Bruxelas. Eles pleitearam a favor da definição de áreas incólumes a cortes (saúde pública, educação,

segurança). Em vão. Diante da recusa contumaz dos demais governos europeus em conceder as margens de ação política acima mencionadas (recusa talvez explicável pelo fato de os nomes da maioria dos membros do executivo europeu constarem ou terem constado nos róis de salários dos mesmíssimos bancos sistêmicos que possuem a dívida pública dos países que esses governos administram...), Tsípras organizou um referendo para determinar se os Gregos concordavam com as áreas de isenção que ele estava tentando defender junto à Comissão Europeia. Esse referendo ocorreu em julho de 2015: os resultados foram amplamente favoráveis à plataforma de Syriza. Coisas estranhas aconteceram a partir da data desse referendo: Varouflakis, convencido de que, apesar dessa nova vitória, não haveria como negociar, saiu do cargo; ao passo que Tsípras voltou para Bruxelas e, menos de duas semanas após sua segunda vitória eleitoral incontestada em 6 meses, acabou... cedendo a *todas* as exigências da Comissão, a ponto de entregar (como garantia para os credores e como contrapartida de mais um empréstimo destinado a evitar a falência completa da nação) os próprios ministérios da saúde, da educação e da segurança pública para uma “troika” institucional composta 1) pela Comissão Europeia<sup>42</sup>; 2) pelo Banco Central europeu<sup>43</sup>; 3) pelo Fundo Monetário Internacional<sup>44</sup>. Resumindo: a partir de julho de 2015, malgrado dois pleitos eleitorais contrários a tamanha decisão política, três conglomerados bancários não-gregos passaram a gerenciar, durante anos, diretamente, i.e., sem intermediários governamentais locais, as contas e os ativos dos ministérios e das áreas de soberania supracitadas. Depois dessa completa submissão aos ditames tecnocráticos dos “peritos” não eleitos de Bruxelas, Tsípras renunciou e convocou novas eleições gerais, que Syriza e uma coligação centrista venceram: Tsípras voltou a ser Primeiro Ministro, só que, daqui para frente, seu governo não seria mais “populista” e sim classicamente “social-democrata”, i.e., acataria de forma “civilizada” os imperativos financeiros definidos pela União Europeia, pela *City* londrina e por Wall Street. Resultado: desde 2015, a esquerda “razoável e moderna” liderada por Tsípras é a representante das oligarquias financeiras globais em sua guerra de classes contra o povo grego; ela é a máscara cada vez mais transparente do “animal selvagem.”

---

<sup>42</sup> Órgão executivo da União cujos membros são os “delegados dos governos dos países-membros”, em verdade cada vez mais frequentemente escolhidos, conforme acabei de enfatizar, numa lista de executivos de grandes bancos de investimento, Goldman-Sachs, JP Morgan-Chase, etc.

<sup>43</sup> Tradução: a *Bundesbank*.

<sup>44</sup> Tradução: a Reserva Federal estadunidense, conjunto de doze bancos privados.

§14. *Quatro vitórias eleitorais “populistas” recentes: 3- O referendo sobre o “Brexit”, Reino Unido, junho de 2016.* Terceiro exemplo de “neopopulismo”: o movimento UKIP (“Partido da Independência do Reino Unido”), liderado por Nigel Farage. Esse movimento de direita tem como particularidade a sua plataforma monotemática: sair da União europeia para recuperar áreas de soberania e liberdades públicas que, de duas décadas para cá, segundo Farage, estão sendo confiscadas pela Comissão de Bruxelas. Esse temário é tradicional e profundamente fincado na opinião pública britânica, que considera que a União é a fonte de regulamentações burocráticas e antiliberais. Aliás, por esse exato motivo, desde sua adesão ao bloco, em 1971, o Reino Unido sempre tem cultivado sua especificidade em relação às instituições europeias. Destarte, o país não aderiu ao Acordo de Schengen, que, a partir de 1997, aboliu os controles alfandegários nas fronteiras para os cidadãos dos países-membros da UE. Outrossim, ao invés do que têm feito 19 membros da UE a partir de 1999-2002, o Reino Unido nem adotou o Euro como moeda. Mesmo assim, embora desfrutassem de maior soberania política, comercial e monetária do que três quartos dos cidadãos e/ou súditos dos países da União, os súditos britânicos permaneciam “eurocéticos.” O Premiê David Cameron, do Partido Conservador (direita), afirmou ser capaz de acabar com tamanha relutância insular atávica. Para lograr cumprir tal feito, ele passou boa parte dos anos 2015 e 2016 negociando e obtendo, em prol do Reino Unido, novas derrogações às regulamentações da União; e, seguro de que esses êxitos iriam convencer seus compatriotas a rejeitar de vez o euroceticismo, ele anunciou a organização de um referendo em junho de 2016, destinado a manifestar a adesão definitiva do povo britânico à União Europeia. O partido UKIP, que compartilha de grande parte da plataforma do Partido Conservador, herdada da era Thatcher (1979-1990), mas não deixa de lhe acrescentar uma boa dose de ufanismo econômico e de bairrismo veemente para com o multiculturalismo londrino e a presença de muçulmanos no Reino Unido, foi o único movimento expressivo a defender a saída da UE, sendo que os demais partidos, ora professaram neutralidade, ora fizeram campanha a favor do “*Remain*” (i.e., da permanência no seio da União). Até um eurocético de carteira como Jeremy Corbyn, recém-eleito chefe do Partido Trabalhista (centro-esquerda) teve de manter certa discrição durante aquelas semanas por motivo de disciplina legendária: de fato, os militantes trabalhistas haviam decidido apoiar o “*Remain*”, o que deixou ao UKIP e a seu tribuno Nigel Farage o monopólio da

articulação de uma ideia que acabou sendo majoritária nas urnas. Pois, apesar das admoestações e ameaças pré-pleito da Comissão de Bruxelas (o órgão executivo da UE), endereçadas aos eleitores para “motivá”-los, e apesar da intensa exploração midiática anti-“*Brexit*” do assassinato da parlamentar trabalhista pro-“*Remain*” Jo Cox por um homem que apresentava graves antecedentes psiquiátricos (exploração nada “pós-verdadeira” e estritamente informativa, é claro...), o resultado do referendo, a contrapelo de todas as pesquisas de opinião que antecederam o dia do pleito, foi uma vitória da opção “saída da UE”, que concretizou a meta de vinte anos de luta política para Nigel Farage e seus seguidores. Aquele dia, um partido “populista de direita” que nunca acarretara mais de 13% dos votos em eleições gerais logrou liderar, sozinho, a oposição à UE e podia se valer de ter exprimido a opinião de 52% dos eleitores... O Premiê David Cameron se demitiu, sendo prontamente substituído pela correligionária Theresa May; e, logo em seguida, foi a vez de Nigel Farage de anunciar sua demissão do Parlamento Europeu, já que ele não tinha mais reivindicações nem críticas a formular naquele cenáculo de lobistas que, daqui para frente, deixariam seu país em paz. Na imprensa e na classe política europeias, as reações dos “civilizados” foram violentíssimas, e não só condenaram o resultado do pleito, chamado de vitória do voto passional dos burros, dos desinstruídos e dos xenófobos sobre o voto racional das classes educadas, informadas e globalizadas; como também censuraram a própria iniciativa de Cameron, ou seja, ter organizado um referendo acerca desta questão, ideia que inúmeros editoriais sentenciosos tacharam de demagógica, de populista, e até de... antidemocrática<sup>45</sup>! Anedota tragicômica: após várias tentativas institucionais para invalidar juridicamente o pleito, os “democratas” melindrosos de Bruxelas financiaram pesquisas de opinião que indicavam que o povo britânico já estava se arrependendo de sua decisão e queria voltar às urnas... Diga-se de passagem, a primeira vez que tal discurso irrompeu foi apenas três dias depois da apuração dos votos!... Aliás, de um ano para cá, não se passou um dia sem que algum tecnocrata da UE, com tom grave e pericial, vaticinasse a ruína do Reino Unido em decorrência do “Brexit”; o que levou Farage a avisar que qualquer contestação do voto soberano dos Britânicos o traria de volta para a arena política. Até agora pelo menos, o

---

<sup>45</sup> O leitor não deve se surpreender diante de declarações tão ostensivelmente paradoxais: elas traduzem com exatidão a prerrogativa que a peritocracia pensa ter o direito de exercer. Assim, em 2008, uma sessão da Comissão Trilateral, intitulada “Salvar a Europa da tirania dos referendos!” viu a participação de dezenas de tecnocratas europeus, entre os quais a ex-Ministra socialista e francesa da Justiça Elizabeth Guigou. Cf. Deloivre & Dubois – *Circus politicus*, ed. Albin Michel, Paris, 2012, p.206-207.

Parlamento britânico pareceu endossar a decisão popular e o processo de saída da União está (aparentemente, mas nunca se sabe...) prestes a ser deflagrado, tanto em Londres quanto em Bruxelas. Detalhe: nas eleições locais e gerais que ocorreram desde o referendo, o partido UKIP despencou, e até perdeu sua representação na Câmara dos Comuns. Também, porque votar num partido que já realizou integralmente sua plataforma (a saber, o resgate da soberania política de seu povo), e que não tem mais, portanto, nada a propor?

§15. *Quatro vitórias eleitorais “populistas” recentes : 4- A eleição de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos, novembro de 2016.* Seguindo à direita, o quarto e último exemplo de vitória eleitoral “neopopulista” que lhes proponho indagar respeita a Donald Trump ano passado. Primeiro, Trump surpreendeu a todos quando derrotou seus concorrentes à investidura do Partido Republicano (centro-direita) em julho de 2016 graças a uma estratégia 1) de quebra do decoro da “correção política” que impera desde os anos 1980 sobre a comunicação midiática estadunidense, 2) de quebra do consenso “hawkish” (intervencionista) no que respeita à geopolítica do país, 3) de quebra do consenso pró-globalização que vigora desde o fim da Guerra Fria nos dois partidos que se revezam no governo, 4) de ruptura (aparente) com o B-A-BA da tática eleitoral norte-americana que, desde o primeiro mandato de Bill Clinton (1992-1996), garante que uma eleição se vence “no centro” do cenário político, seduzindo a vasta classe média. Em seguida, o magnata do setor imobiliário e apresentador de programa de telerealidade de audiência nacional continuou surpreendendo a todos quando resolveu seguir com essa mesma estratégia de confronto permanente para competir à presidência, de agosto a novembro de 2016. Em termos de patrocinadores e de tratamento pela imprensa, os resultados dessa escolha foram imediatos e aparentemente desastrosos: quase toda a elite midiática, jornalística, artística e econômica do país expressou seu apoio à candidata do Partido Democrata (centro-esquerda), Hillary Clinton, e seu repúdio ao candidato republicano, daqui para frente retratado como um mero demagogo racista, misogino e fanfarrão; o que não fez senão reforçar a certeza de que aquela era a candidata dos formadores de opinião, do sistema burocrático federal de Washington, do complexo militar-industrial e dos grandes bancos que compõem o conselho de administração da Reserva Federal (e que, aliás, financiaram fartamente sua campanha); ao passo que Trump, mesmo sendo um bilionário capaz de autofinanciar sua campanha, com quatro

décadas ou mais de experiência (e algumas desventuras) como especulador, passava a ser tido, por grande parte do eleitorado, como o candidato do “país real”, da “América que acorda cedo e pega no duro”. Ora, tal radicalização era exatamente o que queria o estrategista de Trump, Stephen Bannon, ideólogo da “Direita alternativa”, i.e., patriota, antiliberal e populista, leitor de Karl Marx e admirador do tribuno nacionalista francês Jean-Marie Le Pen. O propósito de Bannon era acabar com a busca de consenso tradicional no pleito presidencial norte-americano, para lhe substituir um embate classista entre uma candidata do “establishment” e um candidato do “povo”... A oposição entre os dois candidatos, de fato, foi frontal sobre todos os temas: do lado de Trump, protecionismo econômico destinado a resgatar empregos e aumentar salários precarizados pelos tratados de livre-comércio internacional, acusados de favorecer a China; do lado de Clinton, acentuação de uma globalização tida como essencialmente positiva para o dinamismo da economia americana; do lado de Trump, controle drástico da imigração (particularmente mexicana) e expulsão dos clandestinos, cujos empregadores foram acusados de exercer uma pressão deflacionista sobre os salários do país; do lado de Clinton, projeto de legalização gradativa da permanência desses mesmos imigrantes clandestinos no solo estadunidense; do lado de Trump, prevalência de uma postura “dovish” (isolacionista) e preconização do fim da presença militar americana no Oriente Médio, causa direta de trilhões de dólares de endividamento da administração federal; do lado de Clinton, postura “hawkish” (intervencionista) e até neoconservadora sobre as questões sírias e iranianas. De modo geral, a base dessas rupturas era epistêmica: por exemplo, às descrições oficiais, compassadamente “periciais”, friamente tecnocráticas e autocomplacentes, em suma: *civilizadas*, da situação econômica estadunidense, descrições laudativas para a administração Obama, e reverberadas por mídias de massa quase que unanimemente favoráveis à candidata Clinton, respondia um diagnóstico muito menos polido dessa mesma situação, diagnóstico sombrio, diametralmente contrário, “populista” por ser visceralmente condizente com aquilo que grande parte dos cidadãos americanos têm sentido “na pele” desde a crise financeira de 2007-2008, sem contudo que tais vivência e mal-estar maciços tivessem sido ecoados na mídia e, menos ainda, representados politicamente: pois, enquanto aqueles peritos peremptórios afirmavam serem os números do desemprego vizinhos da casa dos 5% da população ativa, beirando, portanto, uma situação idílica de pleno emprego, Trump

repetia que a classe média do país estava sendo ameaçada pelos interesses de Wall Street e dos lobistas de Washington, que a globalização era sinônima de desindustrialização acelerada e de empobrecimento geral da classe trabalhadora norte-americana, e alicerçava seus discursos em estatísticas, verdadeiras apesar de, até então, “estranhamente”, pouquíssimo divulgadas (exemplo: 100 milhões de Americanos maiores de 16 anos, em idade de trabalho portanto, ou seja, pouco menos de um terço da população total do país, não têm... renda salarial alguma!). Pouquíssimo divulgadas... a não ser pela “mídia alternativa”, grande protagonista da eleição de 2016, e tão famigerada desde então. Assim, conforme resmungam os desconstrucionistas militantes da antiga “Segunda Esquerda” (que virou a única esquerda de governo, ambidestra, no Ocidente, desde os anos 1990-2000, na época dos Clinton, Blair, Jospin, Schröder), Trump ter vencido seria nada menos que o sinal do advento da “pós-verdade”, i.e., da difusão maciça -particularmente na Internet e nas redes sociais- de conteúdos falsos ou fictícios de cunho aparentemente informativo, cuja repercussão instantânea junto ao eleitorado é destinada a deformar a realidade (civilizada?) para difamar um dos candidatos, aqui Hillary Clinton. Entretanto, antes creio que cabe salientar que, além dos inelutáveis excessos líricos da propaganda política, seja ela de direita ou de esquerda (propaganda que, aliás, não esperou a tal “pós-verdade” para desfigurar fatos), e além das inevitáveis polêmicas baratas ou dos ataques pessoais de sempre, que, de fato, não faltaram em 2016, Donald Trump simplesmente aplicou metodicamente o preceito tático idealizado por James Carville, estrategista do candidato Bill Clinton quando, em 1992, este derrotou o então popular Presidente em exercício George Bush Sr, recém-vitorioso da primeira Guerra do Golfo, que, num contexto de forte recessão econômica, havia focado quase toda sua campanha sobre temas ligados à política internacional estadunidense. Em 2016 como em 1992, esse preceito (“the economy, stupid!” : *fale de economia, seu idiota!*) foi a mola da definição do resultado do pleito: destarte, em 2016, ele explica porque grande parte dos Americanos moradores de regiões industriais tradicionalmente muito favoráveis ao Partido Democrata votaram, dessa vez, a favor de Trump. A Pensilvânia, o Michigan, o New Hampshire, bastiões democratas (certos deles por mais de um século...), elegeram Trump, e isto não ocorreu porque algum site publicou falsos boatos sobre a vida íntima do Diretor de campanha da candidata Clinton ou sobre o teor dos e-mails que esta, quando ainda Secretária de Estado, costumava redigir de um modo leviano nada adequado ao

cargo altamente estratégico que ocupava, i.e., sem sequer se dignificar a criptá-los... Isto aconteceu porquanto porções significativas da classe trabalhadora norte-americana deixaram de se reconhecer nos rótulos e categorias vigentes da “correção midiática”, i.e., deixaram de subscrever ao sonho acordado liberal, civilizado, da “classe média” e desataram a tentar expressar eleitoralmente, bem ou mal, sua consciência de classe recém-renascida, ou, mais exatamente, sua consciência de *déclassés*: daí, por exemplo, que tenham feito das tripas coração e votado a favor de um bilionário “populista de direita” milhões de eleitores de Bernie Sanders, candidato derrotado por Hillary Clinton durante as eleições primárias do Partido Democrata, que reivindicara o epíteto de... “socialista”! Pois, da mesma forma que, em agosto de 2016, no próprio país da *red scare*, da “caça às bruxas” e do MacCarthismo, esse epíteto não fora mais suscetível de repelir as camadas humildes da população durante as eleições primárias, o protecionismo agressivamente preconizado por Trump tampouco era capaz, alguns meses mais tarde, de parecer irrealista a essas mesmas camadas da população estadunidense, ou então muito menos do que as diversas formas muitíssimo civilizadas que a esquerda ambidestra, desconstrucionista e pós-moderna criou para des-pensar a luta social e desconversar sobre “as” pessoas, “as” mulheres, “os” negros, “os” imigrantes, “os” homossexuais, “os” usuários de drogas, “os” marginais, a ameaça “fascista”, etc. para não ter mais de falar em “trabalhadores”, em “proletários” ou em “classe capitalista” ... E se, em vez de uma vitória inédita da pretensa “pós-verdade”<sup>46</sup>, a eleição de Donald Trump coincidissem com o fim do fascínio exercido junto a uma classe média decadente pelo ideário dessa esquerda moral, reformista e pós-marxista que, primeiro nos campi universitários (já nos anos 1960), depois nas ONGs (nos anos 1970), e no mundo corporativo (nos anos 1980), e enfim nos parlamentos e nos governos (nos anos 1990-2000), apenas tem servido, de quatro décadas para cá (quase duas gerações! ou seja, o suficiente, creio, para um pequeno balanço...), para dividir proletários em vez de somá-los, para “clientelizar” direitos, para acirrar a concorrência vitimária entre diversos segmentos particulares de explorados, quando não tem servido para dar um verniz humanitário, antirracista e terceiro-mundista às fortunas acumuladas pelos mercadores de suor, pelos *loan sharks* e pelos exploradores

---

<sup>46</sup> A qual, de fato, é a norma hegemônica faz décadas na própria imprensa “mainstream” ocidental: quem duvidar disso lerá proveitosamente a prosa que os mais influentes, comidos e “razoáveis” dos editorialistas dedicaram às guerras no Iraque e na Líbia, ou à guerra “civil” na Síria...

dos exércitos de reserva do Capital<sup>47</sup>? Pois, conforme declarou o documentarista multipremiado Michael Moore, figurão da esquerda altermundialista e adversário histórico dos neoconservadores na época do Presidente George W. Bush (2000-2008), a América que sofre da globalização e do capitalismo tardio endereçou um imenso “*Fuck you!*” para o *establishment* e para seus discursos civilizados, moralistas e humanitários de culpabilização. Poucos dias antes do pleito, Moore (que votou sem entusiasmo para Hillary Clinton) foi um dos raros a prever a vitória de Trump. Vale citá-lo:

Conheço muitas pessoas em Michigan que estão prestes a votar em Trump. Geralmente, elas não gostam tanto assim dele, nem concordam com tudo que ele diz. Geralmente, elas não são racistas, nem podem ser chamadas de trogloditas. De fato, trata-se de pessoas bem decentes, e depois de bater uns papos com elas, me parece necessário ressaltar que foi Donald Trump e mais ninguém que apareceu no Clube Econômico de Detroit, e falou, cara a cara, para executivos da Ford: ‘Se vocês fecharem as suas linhas de produção de Detroit, conforme estão planejando, para deslocá-las para México, irei aplicar uma taxa de 35% sobre os veículos produzidos por lá quando vocês tentarem vendê-los por aqui, e ninguém irá comprá-los’. Foi algo espantoso de se ver: antes de Trump, nenhum político, seja ele republicano ou democrata, havia dito algo desse tipo para aqueles executivos; e foi uma doce música para os ouvidos das pessoas de Michigan, de Ohio, da Pensilvânia ou de Wisconsin... Se você mora aqui em Ohio, sabe de que estou falando. Quer Trump faça o que diz que vai fazer quer não, isto não tem muita importância, pois já importa e muito o fato de Trump falar essas palavras justamente àquelas pessoas que nos machucam. É por isso que todos os Zés-ninguém, trabalhadores anônimos, surrados e esquecidos que, outrora, pertenciam àquilo que se chamava classe média adoram Trump. Ele é o coquetel Molotov humano que eles estavam esperando; a granada de mão humana que eles têm o direito de tacar legalmente bem na cara do sistema que roubou suas vidas. (...) E podem crer: tem mais integrantes da falecida classe média do que da atual classe dos milionários. (...) Eles [os despossuídos] veem que

---

<sup>47</sup> Aneidota pessoal: o autor do presente texto passou a noite da eleição estadunidense assistindo o canal GloboNews. Depois de mais de seis horas de lamentações e incompreensão ante uma vitória “populista” que contrariava mais de 1950 das... 2000 pesquisas de opinião que tinham sido publicadas antes do dia do pleito, de repente, um dos participantes do programa, Demetrio Magnoli, por volta das... 4:18 da madrugada, resolveu bancar o corujão de Minerva e, retomando o apelido cunhado por Karl Marx nos anos 1850 para se referir à classe proletária, deixou escapar que a eleição de Trump correspondia à “vingança da velha toupeira”. Dificílimo discordar dele: vingança de *déclassés*, não vitória de *proletários*.

a elite que os arruinou odeia Trump. A América das corporações odeia Trump; Wall Street odeia Trump; os políticos profissionais odeiam Trump; a própria mídia que criou e amou Trump agora o odeia. [Então, os despossuídos falam] ‘Obrigado, mídia! O inimigo do meu inimigo é o cara em quem irei votar em 8 de novembro!’... É isso aí: em 8 de novembro, vocês, Joe Boladão, Steve Boladão, Bob Boladão, Billy Boladão, todos os Boladões, vocês irão levantar e explodir a porra do sistema inteiro, porque é o seu direito. A eleição de Trump será o maior “*Vão se foder!*” já registrado na história humana, e isso fará um bem danado.

Aposto que essa desconfiança dos “Boladões” para com o “establishment”, crescente desde os atentados de 2001, a guerra no Iraque de 2003-2004, a crise financeira de 2007-2008, não se apaziguou diante do espetáculo de um presidente recém-eleito sitiado por ameaças de *impeachment* diárias desde sua posse... Que esse presidente recém-eleito planeje reduzir de vinte pontos percentuais (de 35% para 15%) a taxa de imposição federal sobre os lucros das empresas; e acabar com os direitos sucessórios; radicalizando assim a política fiscal da era Reagan (1980-1988); essa já é outra questão: o fato de Trump ter sido a única “granada de mão humana” crível ou plausível ao dispor da classe trabalhadora estadunidense durante a eleição de novembro de 2016, granada de efeito estritamente imediatista, nos leva ao cerne de nosso problema, a noção atual de “populismo”, e a seus limites na hora de retratar as alternativas à ortodoxia capitalista global, pois se, por um lado, o teatrinho democrático, parlamentar e midiático, foi, de fato, agitado por ondas (mais ou menos espontâneas e sinceras, aliás...) de protestos contra o racismo, a misoginia ou o protecionismo de Trump, reforçando a tese de que este era sim um candidato “anti-liberal” ou “anti-sistema”, por outro lado, e ao contrário de tudo que se previa na imprensa a respeito, o mercado recebeu a notícia de sua eleição com bastante entusiasmo, chegando inclusive os índices Dow Jones e S&P500 a bater diversas vezes seus recordes de cotação recentes. Também... O que se podia esperar mesmo da eleição de um candidato cujo patrimônio ultrapassa os US\$10bi?...

§16. *Quatro vitórias ou quatro derrotas?* Os pleitos eleitorais que acabei de retratar correspondem a 4 vitórias de concepções, partidos ou candidatos comumente rotulados como “neopopulistas”, neopopulistas de esquerda no caso grego, de direita nos casos norte-americano e britânico, de direita e de esquerda no caso do duplo referendo franco-neerlandês de 2005. Ora, cabe observar, primeiramente, que o simples fato de recorrer

ao epíteto “populista” para fingir descrever e lograr injuriar concepções, partidos ou candidatos que, não só participam legalmente de pleitos eleitorais, como também repudiam qualquer ideia de mudança de regime ou de violação programática da democracia em caso de vitória, já constitui, em si, um índice relevante do desprezo crescente das castas peritocráticas (às ordens da hiperclasse capitalista supranacional) para o gado dos simples cidadãos e para a legitimidade da atividade eleitoral. Ademais, vale constatar que os efeitos políticos concretos surtidos pelas vitórias acima descritas são mitigados, e até francamente nulos: 1) o resultado do referendo de 2005 sobre o TCE foi notoriamente burlado e ignorado pelas tecnocracias francesa e neerlandesa em 2007-2008; 2) Syriza tornou-se um partido de governo economicamente ortodoxo, que acabou praticando os exatos cortes de gastos que pretendia evitar durante as campanhas eleitorais vitoriosas de 2015, o que resultou, entre outras catástrofes, na ruína das classes média e popular, no dismantelamento dos serviços públicos do país, e no exílio de mais de 3% da população total da Grécia; 3) as negociações prévias à saída do Reino Unido da União Europeia têm sido ásperas o suficiente para que a hipótese da organização de um segundo referendo seja constantemente levantada como uma solução razoável para “sair do impasse”<sup>48</sup> por boa parte das mídias e dos políticos britânicos pró-UE; enfim, 4) os primeiros meses da presidência de Donald Trump corresponderam a uma inesperada ressurreição das pautas da guerra fria e da paranóia anti-russa de outrora pela mídia *mainstream*, que resultaram no isolamento gradativo da palavra presidencial e do poder executivo norte-americanos, diariamente vituperados pela imprensa, pelas ONGs de George Soros, pela oposição democrata, e também por um número crescente de membros influentes do *Grand Old Party*, que alegam que o novo presidente ter-se-ia beneficiado de *fake news* maciça e cientificamente propagadas por serviços secretos às ordens do presidente Vladimir Putin durante a campanha eleitoral de 2016... Qual será o

---

<sup>48</sup> Hipótese deveras extravagante se analisada através dos crivos da legitimidade democrática, *a fortiori* em se tratando do país da Magna Carta, da Gloriosa Revolução e da resistência ao Blitzkrieg... No entanto, segundo explicam vários arautos da construção europeia, nesta sempre tem prevalecido a “estratégia das engrenagens”, em virtude da qual cada novo passo rumo à integração do bloco tem sido concebido de modo que os custos de uma eventual saída da União se tornassem bem maiores (e indefesáveis a curto prazo por um governo nacional junto a seus cidadãos) do que suas possíveis vantagens, dificultando assim, e muito, conforme vemos no caso do Brexit, toda volta atrás, i.e., toda tentativa de restauração da soberania política de um Estado-nação *stricto sensu*. Sobre essas bases, como resumir o espírito da construção da União Europeia? Deixo tal tarefa temível a Jacques Delors, presidente da Comissão europeia de 1985 a 1995: “A Europa é um edifício de aparência tecnocrática, que progride sob a égide de uma espécie de despotismo brando e esclarecido” (Palestra “Esprit évangélique et construction européenne”, proferida em 7 de dezembro 1999 em Estrasburgo). Nada tenho a acrescentar.

motivo real de tais insucessos pós-pleito? Será a causa a incompetência dos vencedores dessas votações, tachados de demagogos pelos partidos e pelas mídias tradicionais; ou será ela a inércia de um sistema tecnocrático, no fundo, incorrigivelmente oligárquico, e, por isso mesmo, determinado a se “blindar” contra eventuais peripécias eleitorais e expressões da soberania política que divirjam de sua agenda? Caso a resposta certa coincida com a primeira opção dessa alternativa, então movimentos como Syriza ou o trumpismo fracassariam por excesso de demagogia eleitoral, ou, melhor dizendo, porque prometem mais do que podem efetivamente cumprir uma vez no poder. Aliás, isto é mais ou menos o que sentenciam os paragões da ortodoxia neoliberal/neoconservadora. De acordo com a outra opção da alternativa acima mencionada, pelo contrário, a acusação de incompetência política por motivo de demagogia remete a algum tipo de profecia autorrealizadora arquitetada pelos partidários da peritocracia. Pois, essa palavra, demagogia, é tão, digamos, enviesada e parcial quanto a de “populismo”. “Demagogia” era um vocábulo inicialmente desprovido de conotação pejorativa, até que, utilizado por adversários da democracia como Platão, Demóstenes, ou (numa medida menor) Aristóteles, ele passasse sim a desqualificar os tribunos carismáticos e os aproveitadores políticos das paixões supostamente baixas do “populacho”, i.e., dos interesses materiais de partes da população que, historicamente, não costumam usufruir de expressividade nas instituições... De fato, nos casos que nos interessam aqui, uma estrutura burocrática, administrativa e institucional tem resistido não apenas aberta como, ademais, pertinazmente à capacidade de governar dos “populistas” ou às decisões soberanas dos povos, manifestadas por meio de referendos: para evidenciar isto, basta frisar 1) a quase unanimidade estranhíssima (quicá seja mais justo dizer: “pirrica”) dos representantes franceses de direita e de esquerda na hora de adotarem o Tratado de Lisboa, cujo teor contradizia, entretanto, frontalmente o resultado do referendo sobre o TCE, que ocorrera 30 meses antes; 2) a natureza agressiva (em outras épocas, antes ter-se-ia dito: imperial, e até colonial) das exigências da “troika” político-bancária junto ao governo grego de 2015 a 2017; 3) a inércia culposa (beirando à sabotagem) demonstrada por inúmeros tecnocratas e políticos britânicos que, durante as negociações incipientes atinentes à saída da União Europeia, têm parecido mais ansiosos por defender os interesses desta do que os do próprio Reino Unido; 4) a hostilidade (outrora, ter-se-ia dito: sediciosa) ostentada por certas agências governamentais estadunidenses para com o próprio chefe do poder

executivo recém-eleito. Será essa estrutura um conjunto de contrapoderes saudavelmente afins com os imperativos tradicionais de “*Checks and balances*” e de equilíbrio das instituições, típicos de regimes genuinamente liberais; ou uma máquina fria de dominação que se vê desmascarada pelo divórcio atual entre os eleitorados e os verdadeiros soberanos, não eleitos, das democracias parlamentares contemporâneas, a saber, 1) os bancos sistêmicos cujo poder real pôde ser aferido à luz do dia e com exatidão durante a primeira fase da última crise financeira global, i.e., entre 2008 e 2012, quando seus rombos foram compensados sem contrapartidas judiciais ou políticas sérias graças a US\$4tri de dinheiro público norte-americano e a mais US\$4tri de dinheiro público europeu; e 2) o complexo militar-industrial ocidental que, ao protagonizar guerras no Afeganistão, no Iraque, na Líbia e na Síria nas décadas de 2000 e 2010, custou mais de US\$10tri aos contribuintes norte-americanos e europeus? Esta pergunta me obriga a ampliar o foco da presente análise.

*Parte 4: Do lado da estrutura (1980-...). A rebelião das elites, a ruptura unilateral do contrato social-democrata, o advento da dominação sem autoridade e o descalabro global das esquerdas “reformistas”*

*A dinâmica populista [atual] se radica na mudança de modelo econômico dos anos 1980, na Europa como também nos Estados Unidos*  
(Christophe Guilluy)<sup>49</sup>.

*Deus ri dos homens que deploram os simples efeitos das causas que reverenciam* (Bossuet).

§17. *Porque tanto(s) “neopopulismo(s)”, justamente agora, no Ocidente?* Desde os primórdios da década de 1980, quando ficou plausível a ideia de que os dias da União Soviética e do Pacto de Varsóvia estavam contados, o capitalismo ocidental passou a se reorganizar para moldar o “mundo de depois”. O longo interlúdio que estivera deflagrado pela primeira guerra mundial em 1914 e pela suplantação da revolução menchevique pela revolução bolchevique em 1917, estava prestes a acabar: até que enfim poderia ocorrer a

---

<sup>49</sup> Programa *Polonium*, 10 de maio de 2017.

volta à normalidade capitalista, que já imperara sobre a Europa ocidental no século XIX, ou seja, durante a primeira revolução industrial, antes de operar uma primeira conquista total do mundo durante a fase imperialista, na segunda metade do século XIX e nos primórdios do século XX. Ao percorrer as obras de Hobsbawm ou Piketty, entre outros, descobre-se que, na Inglaterra, na França ou na Alemanha de 1910, i.e., nas superpotências globais de então, a distribuição das riquezas produzidas acatava um padrão extremamente desequilibrado, uma vez que o capital nacional valia em torno de 5 a 7 anos de renda nacional, e que a renda do capital representava de 35 a 40% dessa renda nacional, contra 60 a 65% para a renda do trabalho<sup>50</sup>. Ora, é justamente tamanha normalidade capitalista que, durante grande parte do século XX, i.e., de 1917-1918 até a queda do Muro de Berlim em 1989, foi gradativamente ocultada e/ou deformada nos países desenvolvidos: generalização do fordismo; advento da sociedade de consumo em massa; outra guerra mundial 8 a 10 vezes mais devastadora do que a precedente, e reconstrução maciça subsequente; surgimento e consolidação de Estados de bem-estar social na América do Norte e muito mais ainda na maioria dos países do Oeste e do Norte europeus; essas são algumas das adaptações inéditas da economia ocidental às relações de força reais, naqueles países, entre capitalistas e trabalhadores da década de 1920 até a década de 1970, num contexto de constante “ameaça comunista”. Durante esse interlúdio, a distribuição das riquezas produzidas anualmente nos Estados Unidos e na Europa ocidental viu seus padrões radicalmente transformados, uma vez que, de meados da década de 1950 até meados da década de 1970, por exemplo, o total da riqueza privada passou a representar entre 2 e 3 anos e meio da renda nacional (a comparar aos 5 a 7 anos de 1910); ademais, a renda do capital passou a representar de 20 a 25% da renda nacional (contra 35 a 40% em 1910), e a renda do trabalho de 75 a 80% dessa mesma renda nacional (contra 60 a 65% em 1910)<sup>51</sup>. Essas novas modalidades de desenvolvimento acarretavam numa tendência inegável a um maior igualitarismo social

---

<sup>50</sup> Ver Thomas Piketty – *O capital no século XXI*, ed. Intrínseca Ltda, 2014: valor encontrado em relação ao Reino Unido (Gráfico 3.1, p.118); à França (Gráfico 3.2, p.119); no caso da Alemanha o valor é de 6 anos e meio (Gráfico 4.1, p.141); no caso estadunidense, ele é de 5 anos (Gráfico 4.6, p.150); e no caso canadense, de 5 anos e meio (Gráfico 4.9, p.156). Sobre a distribuição da renda nacional entre renda do capital e renda do trabalho no Reino Unido e na França, ver os Gráficos 6.1 (p.197) e 6.2 (p.198).

<sup>51</sup> *Ibid.*: 2 a 3 anos na Inglaterra (p.118); 2 anos e meio a 3 anos e meio na França (p.119); 2 anos a 2 anos e meio na Alemanha (p.141); pouco menos de 4 anos nos Estados Unidos (p.150); e 3 anos e meio no Canadá (p.156). Sobre a participação da renda do capital na renda nacional dos países ricos, ver: Gráfico 6.5 (p.217). Sobre a relação entre a diminuição da parcela do centésimo superior da hierarquia da renda na renda nacional total e a queda das rendas do capital na França entre 1910 e 1980, ver: Gráfico 8.2 (p.267).

em países, entretanto, indubitavelmente capitalistas. Assim, em várias nações da Europa ocidental, a qualidade, universalidade e gratuidade (ou quase gratuidade) dos sistemas de educação, saúde e transportes públicos, a expressividade do sindicalismo e do trabalhismo político, garantiam, para além das divergências ideológicas radicais no seio da sociedade civil, uma representatividade efetiva dos interesses das classes populares na vida social e na atuação institucional. Daí que, naquela época (ou seja, durante “os 30 gloriosos” do pós-segunda guerra), e naqueles países (ou seja, as nações ricas que reuniam os centros de gestão e produção da economia ocidental), a convergência do desenvolvimento capitalista e do advento da democracia real tenha, de repente, aparentado ser uma promessa tangível, cujo cumprimento gradativo já pudesse ser asseverado mediante o crescimento constante da proporção, logo maioritária, de trabalhadores pertencentes, de fato, a uma classe média de pequenos proprietários, fenômeno inédito na história<sup>52</sup>. Ora, é justo com tamanha organização sociopolítica do capital que a contrarrevolução neoconservadora, *vulgo* “a rebelião das elites” (expressão cunhada por Christopher Lasch em 1996), acabou ostensivelmente, a partir dos mandatos de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e de Ronald Reagan nos Estados Unidos durante a década de 1980.

§18. *A rebelião das elites, a ruptura unilateral do contrato social-democrata e as traições da esquerda ambidestra.* “A luta de classes existe. Podem ter certeza disso. Somos nós, da classe dos ricos, que estamos fazendo essa guerra; e somos nós que a estamos vencendo”<sup>53</sup>. Essas palavras, proferidas em 2005 por um dos 5 homens mais ricos do mundo, retratam sem ambiguidade o ataque sistemático que as classes populares e trabalhadoras ocidentais têm sofrido no decurso das 4 últimas décadas, além de designar os autores desse ataque. Durante uma década, os anos 1970, que não só viu entrar em recessão durável o modelo econômico vigente desde 1945 dos dois lados do Atlântico, como também diminuir o lucro das grandes corporações industriais norte-americanas e europeias, findar a paridade do dólar estadunidense com o ouro em 1971, aparecer -subsequentemente- o câmbio flutuante, disparar uma taxa anual de inflação que chegou na casa dos dois dígitos, estourar os choques petrolíferos de 1973 e 1979, e irromper a concorrência comercial dos “dragões asiáticos”, vários círculos de reflexão (*think tanks*) conservadores passaram a

---

<sup>52</sup> *Ibid.*, p.255-257.

<sup>53</sup> Warren Buffett, entrevista a Lou Dobbs, em 25 de maio 2005 (para a CNN).

fomentar uma vasta contrarrevolução fiscal, tributária, monetária, financeira, bancária e patronal. Seus objetivos: desregular mercados; diminuir a progressividade dos impostos (notadamente daqueles respeitantes à sucessão patrimonial); reduzir ao mínimo o controle dos governos sobre fluxos de mercadorias e de divisas; tirar dos Estados o controle sobre bancos centrais e emissões de moeda para substituir a meta da luta contra a inflação a qualquer outra consideração (forçosamente política, i.e., alheia às necessidades do mercado, e, portanto, suspeita *a priori* de... demagogia e populismo segundo os critérios “peritocráticos” do liberalismo econômico); privatizar todas as empresas estatais para limitar as competências dos poderes públicos às meras funções regalianas (polícia, justiça, guerra) conforme ocorria na época “heróica” da revolução industrial, no séc.XIX; dismantelar as convenções coletivas do trabalho e substituí-las por acordos privados, firmados entre patrões e assalariados, destinados a flexibilizar contratações e demissões; e, enfim, eutanasiar o Estado de bem-estar social, responsabilizado pela disfuncionalidade crescente do capitalismo ocidental. Como se vê, esses *think tanks* e fóruns de discussão privados<sup>54</sup> culpavam o peso excessivo de um Estado prisioneiro dos imperativos eleitorais demasiado eleitorais, i.e., “populistas”, de seus governantes para explicar os dissabores da economia de mercado nos anos 1970. Alvo deles: o keynesianismo, suas políticas econômicas<sup>55</sup> e as políticas sociais correspondentes<sup>56</sup>. A volta à normalidade capitalista correspondeu à aplicação do programa descrito acima, sinônimo, nos países desenvolvidos, de ruptura unilateral do contrato social-democrata do pós-guerra pelas classes abastadas. Não que esse contrato não estivesse afim com os interesses do mercado. Simplesmente, à medida que vinha desaparecendo a ameaça física real ao sistema capitalista, encarnada pelas dezenas de

---

<sup>54</sup> Entre eles, cabe destacar a influência ideológica da Sociedade Mont-Pèlerin (baluarte do monetarismo neoclássico), da The Heritage Foundation, do Cato Institute (cujos membros idealizaram a contrarrevolução fiscal da era Reagan), da Rand Corporation, do Atlantic Council, do Council on Foreign Relations (CFR), e, é claro, de dois fóruns privados que, de tão pletoricamente recrutarem seus integrantes e palestrantes no seio das elites políticas e financeiras internacionais, acabaram moldando a maioria dos dispositivos institucionais que possibilitaram, junto com a emergência da Nova Ordem Global, o advento do reino supranacional da hiperclasse globalizada: a Comissão Trilateral e o clube Bilderberg. Sobre esse assunto: Quinn Slobodian – *Globalists. The End of Empire and the Birth of Neoliberalism*, Harvard University Press, 2018.

<sup>55</sup> As quais utilizavam a desvalorização monetária e a inflação salarial para estimular uma demanda de mercadorias, bens e serviços capaz de gerar um crescimento expressivo da oferta dos mesmos; a qual, esperava-se, devia provocar, por sua vez, ofertas de empregos e valorizações salariais, etc.

<sup>56</sup> As quais, no pós-guerra, edificaram, nos Estados Unidos, e mais ainda na Europa ocidental, sistemas amplos de redistribuição de riquezas, de proteção dos trabalhadores e de previdência social.

divisões blindadas do Exército Vermelho estacionadas a um dia de estrada das principais capitais do Oeste europeu, pelas milhares de ogivas nucleares soviéticas apontada para o Ocidente, e pelos milhões de simpatizantes e militantes comunistas que viviam (e votavam...) na Itália, na França, na Bélgica, na Alemanha, etc., o contrato social-democrata, que travestia utilmente de diálogo social a luta de classes, perdeu seu valor estratégico para esse sistema. E, por isso, a esse diálogo social circunstancial dos “30 gloriosos” (1945-1975), nascido das alianças travadas na ocasião da maior guerra da história humana, sucedeu, aos poucos, nos países então situados no centro do sistema capitalista, o que os Franceses chamam de “pensée unique”, i.e., o discurso normativo dos mais ricos, o monólogo plutonômico estrutural da democracia liberal burguesa, cada vez mais autoritário e inapelável à medida que os Estados se viam mais despidos de suas atribuições soberanas, e que as democracias parlamentares voltavam a desempenhar seu papel normal no mundo capitalista, aquele que já cumpriam naqueles mesmos países em épocas do capitalismo em que a concentração, pela alta burguesia, das riquezas socialmente produzidas era máxima (no período imperialista: 1885-1914), ou seja, o de meros dispositivos administrativos de: 1) *polícia social*, cuja missão consiste na manutenção de uma ordem estritamente identificada com a propriedade privada e com os interesses materiais de seus beneficiários; e de: 2) *caução institucional*, que zela a apropriação dos ativos nacionais pelos bancos privados, e a coletivização oculta de parte dos investimentos, custos e gastos inerentes aos projetos do empresariado industrial de grande porte. Pois, no rastro do *Memorando Powell* de 1972<sup>57</sup>; do primeiro grande relatório da Comissão Trilateral sobre a governabilidade das democracias, em 1975<sup>58</sup>; e dos trabalhos econômicos da escola monetarista de Chicago, grupos oligárquicos cada vez mais conscientes da eficácia de sua atuação como classe têm diligenciado destruir aquela tal “sociedade” cuja existência foi, aliás, negada por Margaret Thatcher<sup>59</sup>. Daí o solapamento metódico dos Estados nacionais de bem-estar social pelos diversos governos ocidentais,

---

<sup>57</sup> Memorando que alertava o Congresso Norte-americano de que o mundo empresarial estava perdendo o controle sobre a sociedade civil em decorrência da forte e diversificada atividade militante de esquerda.

<sup>58</sup> Relatório intitulado *A Crise da Democracia*, redigido por Huntington, Crozier e Watanuki, e apresentado em 1975, que preconizava reduzir a democracia no Ocidente para lograr salvá-la de si própria, i.e., retirar do alcance de todas as instâncias representativas o poder decisório sobre questões econômicas, financeiras, monetárias, para concentrá-lo em superestruturas tecnocráticas, organismos internacionais, agências burocráticas, e/ou bancos centrais independentes dos governos eleitos.

<sup>59</sup> “Não existe essa coisa de sociedade. Apenas conheço indivíduos” (Margaret Thatcher, entrevista concedida à revista *Woman's Own*, no Outono de 1987).

a partir da década de 1980, e mais ainda nas décadas seguintes, e a sua substituição não menos meticulosa por um Clube restrito e supranacional do bem-estar bancário. Observação: que governos de direita, abertamente conservadores, tais como os da Dama de Ferro no Reino Unido, de 1979 a 1990, ou de Ronald Reagan nos Estados Unidos, de 1980 a 1988, eleitos para aplicar programas econômicos afins com essa ofensiva reacionária que parte das elites ocidentais deflagrara no fim da década de 1970, os tenham implacavelmente aplicado<sup>60</sup>, não acarretaria, por si só, na ampla crise de legitimidade das democracias ocidentais (rotulada como “ressurgência do populismo”) que estamos presenciando de uns anos para cá. O tal “populismo”, além de decorrer das consequências dessas políticas, catastróficas em termos de coesão e justiça sociais, antes provém da deserção política da esquerda no Ocidente desde os anos 1980. Não que esta tenha desaparecido. Muito pelo contrário, a esquerda nunca deixou, até meados da década de 2010, de propiciar uma alternativa eleitoral aparentemente plausível à direita<sup>61</sup>. Entretanto, ao invés de desempenhar o papel que, logicamente, poder-se-ia esperar dela, a saber, o de força propositiva de defesa contra o ataque coordenado acima retratado, e eventualmente (porque não?) de contra-ataque social, a esquerda fez questão, durante os 40 últimos anos, de endossar os lemas do núcleo ideológico desse ataque, dando credibilidade à inexorabilidade das tais “reformas” econômicas, comerciais, financeiras,

---

<sup>60</sup> Para medir tal determinação, basta lembrar da intransigência doutrinária que caracterizou as atuações de Reagan durante a greve dos controladores de voo em agosto de 1981 e de Thatcher durante as greves do setor siderúrgico em 1982, e do setor do carvão, de março de 1984 a março de 1985. Essas atuações foram marcos do fim do “diálogo” social-democrata e da volta à guerra aberta das elites conservadoras contra os trabalhadores oeste-europeus e norte-americanos: em 1985, por exemplo, Thatcher descartou qualquer tipo de negociação com os sindicatos de mineiros a respeito de um plano que previa fechar a maioria das minas do país em questão de anos (o que acabou sucedendo, aliás); em seguida, tendo logrado obter a proibição da greve e, até, a dissolução da NUM (União Nacional dos operários das Minas) pela Justiça britânica, a Primeira-Ministra pôs sua direção sob custódia de um administrador judiciário; antes de designar mineiros grevistas como “inimigos internos” da Coroa, e de reprimí-los como tais, o que resultou em 6 grevistas mortos, 200 prisões, 11.000 detenções, e mais de 20.000 feridos entre os grevistas durante os confrontos com a polícia. A vitória total de Thatcher não foi imediatamente econômica (pois a greve custou mais de £30bi...), e sim ideológica: ela derrotou o “socialismo não democrático”, i.e., sindical (*si*). Tal vitória representou um troféu que facilitou o amplo movimento de privatizações nos setores da indústria e dos transportes, de desregulamentações do setor financeiro, e de flexibilização do mercado de trabalho, que foi implementado por seu governo ao longo da década de 1980.

<sup>61</sup> Aliás, desde a queda do Muro de Berlim, aproximadamente metade dos governos e/ou das maiorias parlamentares dos países norte-americanos e oeste-europeus têm-se valido de legendas trabalhistas, socialistas, social-democratas, democratas, *et passim*, à semelhança dos governos Clinton (1992-2000) e Obama (2008-2016) nos Estados Unidos; Blair e Brown no Reino Unido (1997-2010); Schröder (1998-2005) na Alemanha; Jospin (1997-2002) e Hollande (2012-2017) na França; Zapatero (2004-2011) na Espanha; Chrétien, Martin (1993-2006), e Trudeau (desde 2015) no Canadá, etc.

bancárias, trabalhistas, previdenciárias<sup>62</sup>; à necessidade da tal luta contra a inflação e os déficits públicos; à racionalidade dos tais cortes orçamentários destinados a evitar os tais desperdícios de recursos pela “máquina pública”; e, enfim, a esquerda equiparou sistematicamente essas evidentes agressões contra as classes trabalhadoras<sup>63</sup> com uma modernização não só imprescindível como positiva da sociedade civil, conclamada a se emancipar da tutela parasitária de um Estado forçosamente inadaptado a realidades contemporâneas alheias aos delírios da ideologia. Longe de contestar a novilíngua política, oriunda do mundo corporativo em geral, e da área de gestão dos recursos humanos em particular, que, a partir de meados dos anos 1980, passara a ser o único vocabulário admissível para tratar de “reformas” e de “modernizações” apresentadas como “inevitáveis” (em verdade, para paramentar de racionalidade administrativa e de objetividade científica os recessos da proteção social e a involução dos padrões de vida dos mais modestos), a esquerda a adotou: governança pró-ativa e motivacional, busca pelo consenso, ética da transparência, abertura à diferença ou à novidade, imperativo de adaptabilidade e prisma do horizonte do projeto substituíram os dois polos, aliás críticos um do outro, que moldavam até então suas análises da realidade humana, i.e., a prosa vertical e institucionalista do republicanismo (que falava em bem comum, interesse superior da nação, missão pública, soberania, deveres cívicos...) e a linguagem classista da militância social (que falava em burguesia, proletariado, trabalhadores, exploração, luta de classes...). Objetivo dessa substituição: “vender” junto aos eleitores de esquerda a ideia

---

<sup>62</sup> Fazendo seu o famoso argumento TINA (“There is no alternative!”), atribuído a Margaret Thatcher, todos esses governos de centro-esquerda foram, afinal, agentes dedicados e eficazes da contrarrevolução oligárquica de nosso tempo. Pois, as medidas que implementaram nada deviam, em termos de ortodoxia econômica, às plataformas mais conservadoras. Sem esperar ser exaustivos, e mesmo prescindindo da atuação decisiva desses governos no que diz respeito à expansão global do livre comércio, ainda podemos destacar: a revogação da Lei Glass-Steagall e a remoção da separação entre bancos comerciais e bancos de investimento nos Estados Unidos em 1999 (governo Clinton, o qual não apenas não vetou como ressaltou a necessidade da lei que a maioria, de direita, do Congresso defendia); a regionalização do sistema de saúde e os cortes orçamentais subsequentes nessa área no Canadá (durante o governo Chrétien, entre 1993 e 2003); a independência total do Banco da Inglaterra, a autonomização financeira parcial dos hospitais públicos, e a autonomização local das escolas (durante os governos Blair, de 1997 a 2007); os diversos Planos Hartz e a Agenda 2010 que flexibilizaram/precarizaram o trabalho e aboliram o salário mínimo na Alemanha (implementados no início da década de 2000 pela coalizão social-democrata e ecologista liderada por Schröder); a reforma trabalhista de 2016 que fragmentou os contratos empregatícios e fragilizou as capacidades de negociação dos sindicatos na França (sob a presidência de Hollande), etc.

<sup>63</sup> Se o leitor julgar que condicionar o acesso aos sistemas de saúde, educação e transporte públicos, até então universal; precarizar o assalariado e dificultar os direitos à aposentadoria não constituem agressões sociais, então ele não deverá se furtar a classificar meu uso desta palavra (“agressões”) como populista...

de que, daqui por diante, i.e., no âmbito do advento da Nova Ordem Mundial<sup>64</sup>; depois do “fim da História”<sup>65</sup>; e para além dos conflitos ideológicos de outrora, o Estado não passaria de uma empresa como qualquer outra; e saúde ou educação de mercados como outros quaisquer, a serem abordados com a devida competência meramente técnica. Daí que, desde então, em virtude da unção peritocrática encarnada por tamanho brevíário, políticas patronais sejam quase que unanimemente retratadas como progressistas; leis conservadoras como reformistas; retrocessos sociais como modernizações; e protestos trabalhistas como... conservadores, quando não como badernas de privilegiados! Uma das raízes profundas daquilo que vem sendo chamado de onda populista no Ocidente 40 anos após o início da rebelião das elites capitalistas reside na atuação política dessa esquerda pós-marxista, que fez muito mais do que simplesmente acompanhar mudanças econômicas decididas por oligarquias social e politicamente bélicas: o papel das figuras de proa da “terceira via” não foi, sequer um pouco, defensivo, e sim entusiasticamente decisivo, quase messiânico, no final da década de 1980 e durante a década seguinte, na hora de favorecer a instauração de um livre-comércio à escala global<sup>66</sup> e de facilitar a financeirização e integração das economias do mundo inteiro<sup>67</sup>. Quanto à construção da

---

<sup>64</sup> Cristalizada em torno do decálogo neoclássico e monetarista do Consenso de Washington de novembro de 1989, e saudada pelo então presidente estadunidense George H. Bush em 11 de setembro do ano seguinte.

<sup>65</sup> Diagnosticado por Fukuyama em 1992.

<sup>66</sup> Cabe destacar o papel do Partido Socialista francês na adoção do acordo de Blair House assinado em 1992 pelos Estados Unidos e pela Comunidade Europeia, que formalizou o fim da “preferência europeia”, e abrogou inúmeras taxações aduaneiras mútuas de mercadorias agrícolas; como também o papel que o Partido Democrata e Bill Clinton desempenharam na adoção do NAFTA, o tratado de livre-comércio da América do Norte em 1994. Mas o golpe de misericórdia tecnocrático e “ambidestro” que, ao condenar o proletariado do “primeiro mundo”, deu à contrarrevolução conservadora uma impulsão global decisiva foi, no rastro do *Uruguay Round*, da criação da OMC em 1995, e do Acordo subsequente sobre têxteis e vestimentas (1995-2004), a entrada da China na OMC em 2001. Ora, vale observar que a mudança estrutural do comércio global que tal adesão anunciava evidentemente não suscitou, entre sindicatos e partidos “trabalhistas” ocidentais, qualquer pedido de greve geral ou de resistência...

<sup>67</sup> Destarte, já em 1984, o Partido Socialista francês, então no poder, idealiza, um ano após a traição de sua plataforma keynesiana (e a sua conversão aos charmes socialmente discretos do “rigor orçamentário”), a primeira lei bancária “neoliberal” do mundo desenvolvido, que acaba com 40 anos de separação estrita das atividades bancárias (comércio e investimentos), exatamente o que Clinton fará em 1999 com a abrogação da Lei Glass-Steagall, gerando as mesmas consequências: cartelização bancária transnacional, e proliferação dos fenômenos de especulação financeira, particularmente em torno dos “derivados”. Alguns anos depois, em 1987-1988, futuros diretores do FMI e do Banco Mundial, todos próximos ou membros do Partido Socialista francês (Camdessus, Lamy, Strauss-Kahn, aos quais cabe acrescentar Jacques Delors, então presidente da Comissão Europeia, e Henri Chavranski, então presidente de um dos setores da OCDE, o CMIT, i.e., o Comitê dos Movimentos de capitais e das Transações Invisíveis), elaboraram o “Consenso de Paris”, destinado a viabilizar a convergência monetária das economias nacionais da União Europeia, prenunciativa da criação do Euro: para tanto, eles negociaram exitosamente, junto a todos os governos dos países membros da UE, a liberalização simultânea, à escala europeia, dos capitais privados, e particularmente dos capitais flutuantes, de curto prazo, até então sujeitos a regulamentações e taxações

União Europeia, ela mereceria um capítulo a parte, já que ela constitui até hoje o cavalo de batalha das elites tecnocráticas “ambidestras” do velho continente<sup>68</sup>. Querendo ou não, votando para a direita ou para a esquerda, de 3 ou 4 décadas para cá, europeus e norte-americanos têm elegido governos e congressos que, pelo simples fato de abrirem mão, em prol dos bancos privados, de suas capacidades soberanas de emissão monetária e de auto-(re)financiamento, têm deixado que as dívidas públicas de seus países atinjam patamares que, além de sinônimos de bancarrota iminente, são, digamos, “paradoxais” já que, na mesma hora, a contrapelo daquilo que sói dizer-se desses governos, eles têm aplicado, em geral, políticas de austeridade orçamentária, de diminuição dos déficits públicos e de luta contra a inflação. Claro, em verdade, não há paradoxo algum: quanto menores as margens de soberania monetária do Estado, maior a dependência deste em relação aos bancos privados, e maior a tendência ao endividamento público a médio ou a longo prazo. Pois, evidentemente, num circuito econômico capitalista, sempre tem de haver algum pagador. Quando esse circuito se vê inserido numa sociedade republicana, soberana e nacional, quem arca com os custos do circuito são, predominantemente, os rentistas e os estrangeiros<sup>69</sup>. Quando, pelo contrário, esse circuito se vê inserido numa sociedade de livre comércio, quem passa a arcar com os custos do circuito são, predominantemente, os trabalhadores locais (o povo como *plebs*) e os cidadãos locais (o povo como *dêmos*)<sup>70</sup>. De fato, é exatamente o que aconteceu no decurso da edificação da União Europeia, que seus admiradores retratam como um fator de paz, quando em verdade ela funciona como um mecanismo frio de criação de margens de lucro do capital

---

à escala nacional. Essas transações de capitais, que representavam então mais da metade das transações de capitais no mundo (sendo que as da OCDE representavam então de 70 a 80% do total mundial), puderam se eximir à vontade das autoridades estatais e fiscais nacionais respectivas de que dependiam. Esse foi o primeiro grande passo rumo à internacionalização da finança. Ver: Rawi Abdelal – “Le consensus de Paris: la France et les règles de la finance mondiale”, in : *Critique internationale* n.28, juillet-septembre 2005, p.87-115.

<sup>68</sup> Ver §§12-14 e 16 acima.

<sup>69</sup> Pois, 1) a inflação desinfla a dívida pública e beneficia ao contribuinte, em detrimento do rentista; 2) a desvalorização monetária eventual da divisa nacional, ao desinflar as dívidas imobiliárias tanto dos indivíduos quanto das empresas, democratiza a capacidade a se tornar proprietário de bens imobiliários; além de 3) favorecer a exportação das mercadorias produzidas no solo nacional; e de encarecer as mercadorias vindas de fora, já penalizadas pela aplicação de taxas alfandegárias.

<sup>70</sup> Pois, 1) a contenção da inflação tende a frustrar o próprio crescimento do PIB, portanto a produção, os salários e a arrecadação fiscal locais; sendo que 2) os trabalhadores locais já padecem a concorrência de mãos-de-obra estrangeiras que acessam livremente o mercado de consumidores locais; 3) se, além disso, o Estado renuncia a sua soberania monetária e a sua capacidade de desvalorizar sua própria divisa, então ele também renuncia à arma fiscal e ao pleno exercício de suas capacidades orçamentárias: sobre tais bases, uma vez que a variável de ajuste do circuito não pode mais ser a moeda, ela passa a ser, obrigatoriamente, o salário local...

às custas do conforto, da saúde e da renda das classes médias ou populares, e de guerra social total contra o trabalhador. Mas, desde o fim da guerra fria, quem espera que a esquerda reformista dos países ricos defenda os interesses materiais dos trabalhadores daqueles mesmos países está fadado a experimentar amargas e repetidas decepções. Pois, em virtude da ortodoxia monetarista, a esquerda reformista prefere tachar de populista e de demagógica toda forma, mesmo moderada, de protecionismo. Mais, ela tem sistematicamente legitimado a globalização financeira e colaborado na implementação da mesma, assim como na reconfiguração geográfica do capitalismo industrial e na deslocalização da maioria das fábricas e manufaturas dos países ricos para lugares estranhamente desprovidos de qualquer complacência com as noções, de fato cada vez mais obscuras esses dias, de diálogo social e de democracia, mesmo puramente formal. Na América do Norte e na Europa, durante os 40 últimos anos, o povo como *dêmos* tem sido esvaziado de sua substância política, a saber, de sua soberania, à medida que seus representantes eleitos, de direita como de esquerda, têm transferido as atribuições monetárias, tributárias e legislativas inerentes à mesma para colégios de peritos cuja objetividade e lisura técnicas seriam “garantidas” pela sua impermeabilidade às preocupações “políticas”; tradução: pelo fato de não serem eleitos<sup>71</sup>. Na América do Norte e na Europa, durante os 40 últimos anos, o povo como *plebs*, ou mais exatamente como proletariado, tem sido impiedosamente colocado em concorrência direta pelos seus representantes políticos, de direita como de esquerda, com mãos-de-obra do mundo inteiro, cujo custo comparativo, ora não condizia com a preservação de seus direitos trabalhistas, logo denegridos como arcaicos, ora não era compatível com a manutenção das indústrias nos países ricos. Isto pode explicar porque, de 3 décadas para cá, os cidadãos dos EUA e dos países da UE têm sentido na pele o jugo de uma *dominação sem autoridade*, uma dominação suprapolítica dos proprietários do mercado globalizado, exclusivamente dedicada à privatização e ao saque financeiro dos ativos socialmente tesaurizados sob a tutela dos Estados-nação desde 1945. Essa dominação é a tradução inevitável, em termos de concentração de poderes, e de “vida política”, do fenômeno de

---

<sup>71</sup> Exemplo: o Comissário europeu (não-eleito) Dimitris Avramopoulos, titular da pasta de migração, assuntos internos e cidadania, não se furtou a conchamar os Estados membros a ignorarem as vontades de seus povos e o “custo político” eventual quando o assunto é imigração. Ele prosseguiu comparando as atuações respectivas da Comissão Europeia e dos governos dos Estados membros, enfatizando que aquela tem a coragem de tomar as decisões impopulares, porém necessárias, que estes temem porque, não dependendo de eleições, para ela “o custo eleitoral não significa nada.”

concentração extrema das riquezas nas mãos da hiperclasse capitalista global desde 1980; e corresponde ao sequestro dos mecanismos de decisões por turmas de tecnocratas, situadas muito além do alcance eleitoral dos cidadãos comuns, turmas que atuam exclusivamente conforme sugerem os lobistas dos diversos setores da economia globalizada e, sobretudo, conforme mandam os hipercartéis bancários como Goldman Sachs, Citigroup, BlackRock, etc<sup>72</sup>, i.e., aquele “menos de 1% das empresas” que, na década de 2010, depois de 30 anos de guerra social das elites aos povos, passou a “consequ[ir] controlar 40% de toda a rede” mundial das corporações<sup>73</sup>. Claro, amplas partes do eleitorado, e, inclusive, das classes trabalhadoras, deram apoio às políticas ambidestras que consolidaram e independentizaram os poderes do capital supranacional. Dos anos 80 até a crise financeira dos *subprimes* em 2007, as classes médias dos países norte-americanos e oeste-europeus acharam que estivessem defendendo seus interesses materiais ao desposarem tais políticas, i.e., ao travarem repetidas alianças eleitorais com a tecnocracia monetarista ambidestra e, através desta, com a finança supranacional, contra os proletariados precarizados de seus próprios países, forçosamente “populistas”, ou seja, inaptos à objetividade política, por serem inadaptados às mudanças inexoráveis da economia globalizada de mercado<sup>74</sup>. Assim, as classes médias, que, nas décadas de

---

<sup>72</sup> Algumas raras pesquisas sistêmicas, como “A rede de controle corporativo global” (Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, ETH, 2011) permitem medir a intensidade da integração plutocrática à escala mundial, depois de 3 décadas de rebelião das elites, e de 2 décadas de globalização: “[A]penas 737 dos principais top-holders acumulam 80% do controle sobre o valor de todas as empresas transnacionais. Isto significa que o controle em rede é distribuído de maneira muito mais desigual do que a riqueza. Em particular, os atores no topo detêm um controle dez vezes maior do que o que poderia se esperar baseado na sua riqueza”. Link: <http://j-node.blogspot.com.br/2011/10/network-of-global-corporate-control.html>

<sup>73</sup> Ladislau Dowbor – *A era do capital improdutivo*, ed. Outras Palavras & Autonomia Literária, São Paulo, 2017, p.45.

<sup>74</sup> Por exemplo, durante os dois mandatos de Clinton nos anos 1990, foram registrados recordes em termos de geração de empregos (22.5 milhões de empregos de 1992 a 2000, dentre os quais 20.6 milhões no setor privado) e de acesso das classes médias à propriedade imobiliária (a administração Clinton possibilitou que milhões de americanos pudessem se tornar proprietários de suas casas: o governo exerceu uma pressão sobre a sociedade Fannie Mae para que, em contrapartida da caução do Estado, ela estendesse a concessão de empréstimos hipotecários a camadas mais modestas da população) ou aos dividendos financeiros (a proporção de famílias norte-americanas que possuía ações e títulos de capitalização passou de 32% em 1989 a 51% em 2001). Consequência: o eleitorado abraçou com entusiasmo a ideia de que a globalização era sinônima de prosperidade para as classes médias dos países ricos. Entretanto, em questão de poucos anos, ficou evidente que a imensa maioria dos empregos gerados pertencia ao setor de serviços e produzia pouco valor agregado, ao passo que os empregos que estavam sendo deslocalizados para a Ásia pertenciam ao setor das indústrias; ademais, a financeirização imobiliária, que havia democratizado o acesso à propriedade no período 1995-2004, se alicerçava numa proporção tóxica de empréstimos de grande risco; o que acabou gerando uma bolha especulativa dos preços (e, portanto, dos empréstimos...) desse setor, constatável no mundo inteiro durante o período 1998-2008, e que, além de resultar na suma dificuldade, para a maioria da classe média assalariada ocidental, de adquirir uma casa própria, desembocou

1990 e 2000, apostavam, contra o proletariado de seus próprios países, na prosperidade gerada pela nova economia globalizada, acabaram colaborando ativamente na realização do sonho de sempre da classe capitalista (levar o proletariado de volta ao século XIX), ao concordarem em deslocalizar a produção industrial, principalmente para a China. À medida que as sociedades norte-americana e oeste-europeia se desindustrializavam e se tornavam economias de serviços, as mãos-de-obra locais sofreram uma precarização vertiginosa de suas condições de trabalho (atualmente designada pelo termo “uberização”). Resultado: em nome da necessária modernização da economia (tradução: de sua volta ao capitalismo quimicamente puro), a posição do ex-proletariado norte-americano e oeste-europeu, precarizado e *déclassé*<sup>75</sup>, nas relações globais de produção está, daqui por diante, tendencialmente situada do lado do consumo de mercadorias barateadas pela destruição do seu próprio trabalho, e pela troca do mesmo por contratos temporários no setor de serviços. Beneficiários: os capitalistas acionistas das grandes corporações transnacionais que reorganizaram suas cadeias de produção; e o novo proletariado asiático. Consequência: de 1975 para 2007, nos países ricos, a participação da renda do capital na renda nacional passou de 18-24% a 25-35% (ou seja: essa proporção está quase voltando nos anos 2010 a ser o que já era no auge do período imperialista, i.e., à véspera da primeira guerra mundial)<sup>76</sup>. Quanto ao peso da renda do trabalho em relação à renda nacional, ela quase diminuiu em 10 pontos percentuais na França e no Reino Unido de 1970 a 2010<sup>77</sup>. Outrossim, 8 pontos percentuais da renda nacional total dos Estados Unidos foram transferidos dos 50% mais pobres ao 1% mais rico de 1980 a 2014. Mais, enquanto a renda média nacional por adulto cresceu 61% de 1980 a 2014 nos Estados Unidos, a renda média (antes da tributação) dos 50% da população com menor renda individual estagnou em cerca de 16.000 dólares por adulto, ajustados à inflação, ou seja: a metade mais modesta da população da primeira potência econômica mundial recebeu, em média, uns trocadinhos a mais, do início para o final de um período de 34 anos que vira o PIB norte-americano sendo multiplicado por 6, e que fora o período da implementação do projeto central da rebelião das elites capitalistas: o

---

na crise dos *subprimes*, e na recessão global dos anos 2007-2016. Quanto às ações do setor tecnológico, que rendiam dividendos durante o crescimento da bolha da internet no final da década de 1990, a maioria delas viu seu valor se evaporar assim que a bolha estourou em 2000-2001.

<sup>75</sup> Isto é: rebaixado.

<sup>76</sup> Thomas Piketty, *Op.cit.*, Gráfico 6.5 (p.217). Para comparações mais amplas, ver §17 acima.

<sup>77</sup> *Ibid.*, Gráficos 6.1 (p.197); e 6.2 (p.198).

livre-comércio global.<sup>78</sup> É claro, a Internacional Capitalista (a única que exista...) sempre irá retorcar que, mais cedo ou mais tarde, “a classe média será o gênero humano”. Aliás, houve sim transferências de riquezas à escala global: segundo o Banco Mundial, da década de 1990 à de 2010, a pobreza diminuiu em mais de 1 bilhão de pessoas (entre as quais, 700 milhões de chineses)<sup>79</sup>. Contudo, é também inegável que o surgimento de núcleos de classes médias nos países emergentes durante as décadas de 1990, 2000, e 2010, tem correspondido à concentração drástica e acelerada das riquezas do mundo inteiro<sup>80</sup> e... à decadência tendencial das classes médias norte-americana e europeia. De fato, a injúria “populista” almeja ofuscar uma alternativa política cada vez mais plausível para quem vive essa decadência: globalização ou protecionismo<sup>81</sup>. Globalização, i.e., para os povos (=plebs) dos países ricos, desindustrialização, uberização empregatícia, e mercadorias importadas mais baratas. Protecionismo, i.e., reindustrialização, empregos consolidados, e mercadorias nacionais protegidas da concorrência externa pela taxaço da mesma. Globalização, i.e., empobrecimento da classe média do ex-primeiro mundo e constituição de classes médias em diversas regiões do ex-terceiro mundo. Protecionismo, i.e., proteção da classe média do ex-primeiro mundo e desaceleração da constituição de classes médias no ex-terceiro mundo. Admitir essa alternativa permite entender a vitória de Trump. Negar sua racionalidade é adotar uma postura peritocrática e/ou “generosamente” universalista. No mundo perfeitamente capitalista, i.e., sem fronteiras, que a rebelião das elites está conseguindo instaurar de umas décadas para cá, as classes proletárias dos países ricos e dos países pobres não têm interesses comuns, e dificilmente irão se unir, ao invés daquilo que preconizavam as vulgatas das internacionais socialistas de outrora. Aliás, vale observar que, enquanto, de 1980 a 2016, o 1% mais rico da população mundial ficou com 27% das riquezas produzidas, e os 50% mais pobres com 12%, e enquanto foi muito significativo, apesar de díspar, o aumento da renda de ambas categorias (i.e., da hiperclasse transnacional e do novo proletariado global localizado na China, na Índia, etc., recém-integrado ao sistema capitalista); os 49% “do meio”, i.e., em grande parte, as classes médias trabalhadoras e/ou assalariadas dos Estados Unidos e da Europa

---

<sup>78</sup> Cf. Ladislau Dowbor, *Op.cit.*, p.22.

<sup>79</sup> The World Bank, *World Development Report 2017*, p.2-3.

<sup>80</sup> Desde 2015, o 1% mais rico detém mais riqueza do que o resto do planeta. Em 2016, 8 indivíduos detinham mais riqueza do que a metade mais pobre da humanidade.

<sup>81</sup> Cf. Thomas Frank – *Listen, liberal : Or, Whatever Happened to the Party of the People ?*, ed.Metropolitan Books, 2016.

ocidental, viram sua renda média progredir de modo deveras parco<sup>82</sup>. Além do mais, em decorrência dessa estagnação de sua renda, uma parte cada vez maior dos referidos trabalhadores está passando a deixar de pertencer à classe média, que está encolhendo nos Estados Unidos desde o final da década de 1990, e na Europa desde o final da década seguinte. Sobre tais bases, porque a identificação cada vez mais documentada das causas dos males que estão destruindo como *plebs* e como *dêmos* expõe o povo dos países ricos às acusações de populismo por parte das castas política, midiática e acadêmica?

§19. *Do fim da pseudoesquerda liberal-libertária ao advento do populismo oligárquico de síntese: o futuro de uma impostura.* A esquerda não-marxista, reformista, pragmática, i.e., adepta da “terceira via” situada entre um capitalismo puro e duro e um socialismo doravante tido como utópico, que se tornou hegemônica na esquerda ocidental depois do fim do bloco soviético, em 1989-1992, e que protagonizou, em nome do realismo político, todas as capitulações sociais desde então, tentou encontrar um caminho progressista original na substituição do trabalhismo pelo multiculturalismo, da defesa dos trabalhadores pela das minorias, das pautas sociais pelas societárias. Pois, não sendo mais capaz de articular plataformas econômicas divergentes, fosse levemente, das preconizadas pela *reconquista* conservadora, a esquerda reformista resolveu ficar de luto da classe trabalhadora e da luta de classes para privilegiar os temas humanitários e as reivindicações libertárias (atinentes ao meio-ambiente, à sexualidade, ao feminismo, aos direitos dos gays, aos imigrantes, à liberalização das drogas leves, ao anti-racismo, a causa animal, etc.) que, desde os anos 1960, mobilizavam o “esquerdismo” radical de boa parte dos *baby-boomers*<sup>83</sup>, esquerdismo nascido nos campi universitários, que, de anti-stalinista que era em maio de 1968, se tornou cada vez mais francamente não-marxista e alheio ao mundo operário no decorrer da década de 1970. Assim, à esquerda, o horizonte político do liberalismo libertário suplantou o da social-democracia desde o dealbar da década de 1990 nos países então situados no centro do sistema capitalista; e se, economicamente, a direita saiu vitoriosa

---

<sup>82</sup> Cf. *World Inequality Database*: <http://wid.world>

<sup>83</sup> Isto é: a geração nascida no pós-guerra (1945-1960), pletórica na América do Norte, na Alemanha, na França, nos Países Baixos, na Itália, na Escandinávia, etc. Trata-se da primeira geração que tenha maioritariamente conseguido adiar sua entrada no mundo laboral até completar o segundo grau de ensinamento. Ademais, em relação aos países oeste-europeus, trata-se da primeira geração em séculos que não tenha protagonizado guerras em seus solos nacionais. Inclusive, sobre a base de tais observações, certas más-línguas marxistas têm a audácia de insinuar, em relação à esquerda reformista francesa, que o despotismo tecnocrático dos anos 1990, 2000 e 2010 exprime um desprezo de classe que nasceu em junho de 1968, i.e., quando a classe operária voltou para as fábricas depois de obter aumentos salariais substanciais, deixando a prole estudantil das classes médias sozinha nas ruas para fazer passeata...

do fim da guerra fria; culturalmente, foi essa esquerda que venceu. A síntese desses dois consensos correspondeu à *pensée unique* que saturou o espaço público ocidental de 1990 até recentemente. Quem contestasse esse monólogo das elites, conservador do ponto de vista econômico e libertário do ponto de vista comportamental, incorria nas três acusações, cada vez mais frequentemente associadas, de ignorância das leis do mercado (argumento cognitivo, peritocrático), de medo irracional do futuro (argumento psicológico decorrente do precedente, pois quem “sabe” não teme o futuro nem cultiva nostalgias indevidas) e de chauvinismo intolerante (argumento moral, especificamente manejado pela “nova esquerda”, porque ele ecoa a sua “religião” humanista-humanitária). Não é, portanto, um acaso que, justo durante a fase que correspondeu ao saque, pela hiperclasse capitalista supranacional, das riquezas tesaurizadas socialmente pelos Estados-nação desde 1945, tenha sido tão intenso o esforço corretivo e disciplinar imposto, sob o auspício de princípios impecavelmente ético-humanitaristas, ao espaço público e à liberdade de expressão ocidentais: por exemplo, paralisar durante décadas, em nome da luta contra o racismo e a xenofobia, todo debate sério sobre as questões migratórias em certos países da Europa que, entretanto, apresentavam taxas de desemprego estruturalmente altas, e não conseguiam, por conseguinte, sequer empregar seus próprios cidadãos, permitiu que, durante certo tempo, o alto empresariado dos setores automotivo, siderúrgico e têxtil desses países (entre outros setores) fosse capaz de manter ali suas unidades de produção ao exercer uma pressão deflacionista sobre os salários graças à importação maciça de mão-de-obra estrangeira, e que a esquerda pós-marxista e reformista pudesse trocar o campo (político-econômico) das lutas sociais pelo campo (moralo-moral) das lutas culturais, ao focar suas atividades militantes na denúncia do suposto racismo dos trabalhadores nativos. Não que a direita se abstinhasse de discursos moralizantes: destarte, na mesma época, parte das classes médias desses mesmos países condenava incansavelmente a preguiça dos trabalhadores nativos que, embora assolados por um desemprego endêmico, ousavam recusar os empregos que os corajosos trabalhadores imigrantes aceitavam de bom grado. De direita ou de esquerda, meritocráticos ou anti-racistas, o que importava nesses argumentos era que ambos excluía *a priori* a hipótese de... aumentar os salários locais, e facilitavam, dessa forma, a gestão estratégica e ideológica dos poucos anos que ainda separavam o capitalismo local da epifania tão sonhada em que esses trabalhadores imigrantes seriam inevitavelmente

trocados por trabalhadores asiáticos... na Ásia. A crise financeira global de 2008, ao deslocar setores imensos das classes médias europeias e norte-americanas, vai diminuir a eficácia desse tipo de estratégia política. Pois, a esquerda, cuja própria existência já era dúbia nesses países desde o fim da guerra fria, não sobreviveu ao forte encolhimento demográfico das classes médias que eram as últimas que ainda pudessem materialmente se pagar ao luxo de acreditar nas virtudes humanitárias da globalização. Quando a maioria dos bancos sistêmicos do planeta ameaçou declarar insolvência e quando foi preciso não só compensar suas perdas com dinheiro dos contribuintes (*bail-in*), mas deixar que milhares de fundos de pensão e de aposentadoria, milhões de seguros e de portfólios de ações se volatilizassem, prejudicando a renda e as economias de dezenas de milhões de famílias pertencentes às classes médias ocidentais, de repente, o discurso da “terceira via” cessou de simbolizar a aliança dessas classes (30 a 40% da população total) com a tecnocracia, contra o ex-proletariado europeu e norte-americano, para se tornar exclusivo das burguesias média e alta, i.e., dos 12-15% que arrecadam mais nas populações desses países. Ademais, não é de se espantar que tal sangria tenha piorado nos anos 2008-2012, que exibiram o espetáculo obscuro (mesmo segundo os padrões flexíveis da democracia liberal) da disfuncionalidade indômita do sistema financeiro globalizado desde a década de 1990: pois, o que é, afinal, essa tal política de facilitação quantitativa que os bancos centrais “independentes” concedem aos bancos privados<sup>84</sup>, senão um keynesianismo com destinação exclusiva aos proprietários e atores do mercado financeiro? Outrossim, a julgar pelos seus resultados, esse clube supranacional do bem-estar bancário “dopou” artificialmente um sistema financeiro desregulamentado e *too big to fail* durante toda a década de 2010 sem nunca sanear suas contas. Pior: mesmo os mais otimistas entre os especialistas aguardam uma nova crise ainda mais devastadora do que a de 2008, a qual já provocou anos de estagnação global. Até lá, as elites capitalistas e seus mandatários tecnocratas, a fim de ganhar o tempo necessário à transição para o sistema capitalista “de depois”, reconfiguram a oferta política ocidental, e, do lado da oferta liberal-libertária cada vez mais minoritária e insustentável, promovem movimentos que advogam um nacionalismo economicamente liberal (e, portanto, no contexto da globalização financeira... anti-soberano) e cultural e/ou etnicamente conservador: nada mais lógico, já

---

<sup>84</sup> Tradução: que Goldman-Sachs, HSBC, Deutsche Bank, Citigroup, JP-Morgan Chase, BNP Paribas, etc. concedem para Goldman-Sachs, HSBC, Deutsche Bank, Citigroup, JP-Morgan Chase, BNP Paribas, etc.

que a ressurgência de um populismo do *dêmos* (i.e., do republicanismo, do soberanismo dos Estados-nação) é barrada *a priori* pela estrutura atualmente supranacional da dominação sem autoridade dos cartéis bancários<sup>85</sup>; e já que a ressurgência de um populismo da *plebs* não pode mais, na Europa ocidental e nos Estados Unidos de 2017, contar com a força e a coesão de um proletariado pletórico e organizado. O que resta, então? Uma contestação reacionária, típica dos *déclassés*, e que consiste, 1) num falso progressismo (sem socialismo) destinado a pós-proletários precarizados; 2) num pseudo nacionalismo (sem soberania) destinado a pequenos burgueses rebaixados; sendo que 3) ambos são matizados de certa dose variável de populismo do *ethnos*. Com todos os perigos que isto envolve. Daí que tanto os “neopopulistas” quanto os “peritocratas” só falem em identidade (nacional, cultural, étnica, sexual, etc.) de uma década para cá: estes o fazem de um modo libertário, tolerante e sofisticado; aqueles de um modo conservador, discriminante e simplório; mas ambos torcem a matriz da legitimidade popular através de moldes igualmente inaptos à análise séria da situação social<sup>86</sup>. O problema sendo que, assim procedendo, eles polarizam e saturam, utilmente para a classe capitalista, o conjunto dos embates políticos. E, quanto à esquerda de verdade, a esquerda marxista, socialista, revolucionária? Tendo dilapidado todos os instrumentos de atuação política real que ela havia acumulado no decurso do séc.XX, ela se encontra numa situação formal bem parecida com a da Segunda Internacional Socialista no final do séc.XIX, i.e., numa posição quase que exclusivamente passiva, analítica e teórica; mas numa situação material bem mais inofensiva, e pouquíssimo suscetível de desembocar num método de emancipação social efetiva: pois, em 2017, o capital virou mundo. O único mundo. Ora, para se tornar mundo, ele tirou dos países desenvolvidos boa parte dos meios de produção; quanto ao proletariado, ele não está sumindo do mundo, somente está sumindo dos EUA e da UE para brotar lá longe, na Ásia. Então, fazer o quê com o que nos resta aqui? Será sequer possível emancipar precarizados, rebaixados e *déclassés*, i.e., pós-proletários e pós-pequenos-burgueses? Ainda pode existir um projeto popular em lugares onde não existe mais produção, nem sequer a ilusão da soberania? Como perguntava um certo sábio outrora: *que fazer?*

---

<sup>85</sup> Ou então, o leitor acredita mesmo que os 0.01% irão devolver pacificamente aos Estados nacionais aquilo que eles demoraram quase um século para tirar destes: as atribuições consubstanciais de sua soberania?

<sup>86</sup> Sobre esse assunto, ler : Mark Lilla – *The once and future liberal. After identity politics*, ed. Harper Collins, 2017.

## Conclusão

*...a noite caiu e os Bárbaros não vieram. E umas pessoas que chegaram da fronteira Dizem que não há lá sinal de Bárbaros. E agora, que vai ser de nós sem os Bárbaros? Essa gente era uma espécie de solução.*

(K. Kaváfis<sup>87</sup>)

§20. *Conclusão 1: os populismos, respostas imediatistas a males estruturais da democracia parlamentar e representativa.* Atualmente, nos Estados Unidos e na Europa, as plataformas rotuladas de forma injuriosa como populistas não apresentam soluções. Antes constituem respostas. Respostas imediatistas, que ocupam ou usucapem o espaço político vago (e até mesmo baldio) que as esquerdas costumavam prover. Ou seja, para o eleitor populista, o voto não é, geralmente, em 2017, fonte de grandes expectativas com aquilo que será feito a partir dele. Ele é imediatamente performático, já pelas reações midiáticas negativas e indignadas que ele suscita. Pois o voto populista, sendo “anti-sistema”, no limite, nem espera do sistema parlamentar que seja capaz de se reformar para lograr integrar demandas e exigências populares: lhe basta a expressão de seu descontentamento e a reapropriação esporádica da existência eleitoral graças a uma porcentagem expressiva. Ademais, o desdém midiático-institucional por esse voto e o desprezo das classes periciais pelos diagnósticos sociopolíticos soberanistas, desdém e desprezo esses que ecoam invariavelmente os êxitos eleitorais populistas, tendem a consolidar a grade de análise amiúde hiper-críticas (os liberais preferem dizer: “conspiracionistas”) desses eleitores, cujas ideias são tachadas de meros sintomas, e não de argumentos dignos de um diálogo democrático leal.

§21. *Conclusão 2: espécimes da casuística moralista dos serviços liberal-libertários do capital na Europa e nos Estados Unidos.* Sobre tais bases, se me calhasse elaborar um breviário da correção político-moral liberal-democrata contemporânea, creio que, nele, constariam as definições/traduições seguintes que, cada qual a sua maneira, anelam enfatizar que alguém, suspeito de ter certas ideias, não “deveria” mais fazer parte do *dêmos* e sim decair no *laos* dos inimigos da liberdade: 1) “Conservador”. Antigamente, conservador era o burguês que confundia seus interesses de classe com a lei natural, a lei moral e/ou a lei divina (sentido que ainda existe em certas periferias arcaicas do sistema capitalista); hoje,

---

<sup>87</sup> Konstantínos Kaváfis - *À espera dos Bárbaros*.

em virtude de uma inversão acusatória radical, a palavra se aplica com cada vez mais frequência a qualquer tentativa de defesa sindical ou militante dos direitos adquiridos pelos trabalhadores ocidentais no decurso do séc.XX. O conservador fica preso no passado; sendo a modernização sinônima, é claro, de liberalização econômica total. Outrossim, a imperícia do conservador autoriza seus interlocutores a suspeitarem que ele sofre de males morais inconfessos... 2) “*Liberal*”. Trata-se de um estágio intermediário entre *dêmos* e *laos*, uma espécie de purgatório dentro do qual o liberal joga provisoriamente seu adversário, caso este demonstre alguns sinais de gosto pela autoridade política, ou pela soberania estatal. Dito isso, de 2014 para cá, chefes de governos da Europa central e oriental passaram a se autodesignar por meio desse termo, que (dizem eles) apontaria para outros tipos de democracias, mais preocupados com o respeito das opiniões dominantes no seio de suas populações e com a preservação de suas identidades culturais do que com a manutenção da impecabilidade formal do pluralismo de suas instituições<sup>88</sup>. Trata-se de participantes do grupo de Visegrado, que se recusaram, por exemplo, a desacatar as vontades dos povos que os elegeram para poder acatar as exigências da Comissão não-eleita de Bruxelas relativas à hospedagem de migrantes sírios e líbios. Observemos que nenhum desses governos rompeu com o capitalismo nem com o princípio de eleições democráticas. Porém, após quase 4 décadas de contrarrevolução conservadora, qualquer limitação do livre-comércio virou sinônima de deriva autoritária... 3) “*Populista*”: receio, infelizmente, que, em 2017, na Europa como nos Estados Unidos, esse vocábulo de “populista” apenas sirva a desqualificar toda pessoa que, apesar de participar do jogo eleitoral, se atreve -entretanto- não somente a desconfiar de que o parlamentarismo não seja capaz de lidar com a crise da representatividade democrática; como também a aventar a sugestão de que a suposta perícia dos supostos peritos deveria ser limitada por um poder executivo eleito diretamente, e soberano em termos de finanças, de moeda, de defesa e de iniciativa dos projetos de lei. Ou seja, “populista” é uma alcinha que alveja *déclassés*, ex-integrantes do proletariado ou das classes médias, que tentam, apesar do descabro das esquerdas (defensora do povo-*plebs*, ou até mesmo, do povo-proletariado) e do ocaso do republicanismo (defensor do povo-*dêmos*), expressar

---

<sup>88</sup> O discurso do Primeiro Ministro húngaro Viktor Orbán no acampamento de jovens Băile Tuşnad em 26 de julho de 2014 constituiu a primeira tentativa de teorização positiva das noções de iliberalismo e de democracia iliberal. Link: <https://budapestbeacon.com/full-text-of-viktor-orbans-speech-at-baile-tusnad-tusnadfurdo-of-26-july-2014/>

um protagonismo eleitoral que os proprietários da sociedade civil ainda relutam (por quanto tempo?) em manipular para transformá-lo em nacionalismo meramente étnico... O mesmo pode se dizer do termo: 4) “*Demagogo*”. O caso do termo 5) “*Conspiracionista*” é um tanto mais específico, na medida em que, em 2017, ele visa sobretudo desqualificar psiquiatricamente quem suspeita de que os atores institucionais estejam defendendo os interesses do “soberano real” (o grupo dos “0.01%”, ou os bancos sistêmicos). Para tanto, por viés deste termo, o liberal equipara o patamar das reflexões de quem critica a plutocracia capitalista com a de quem denuncia o complô urdido por tal ou tal grupo étnico, ou pelos iluminati ou pelos reptilianos. O conspiracionista, diz o liberal, alimenta sua etiologia doentia pela sua crença desmedida em falsas notícias, ou *fake news* (argumento particularmente prezado desde que a pseudo esquerda cultural percebeu que a direita também era capaz de desconstruir representações). De algum tempo para cá, todavia, virou difícil negar que a concentração das riquezas reverbera no conteúdo da imprensa e das mídias de massa ocidentais (as quais pertencem quase que integralmente a pouco mais de duas dezenas de bilionários). Por isso, começa a se afirmar certa vontade tecnocrática de “proteger” os cidadãos contra o pluralismo que as mídias tradicionais neutralizaram faz tempo, a pedido de seus donos, mas que as redes sociais ainda deixam subsistir. 6) “*Fascista*”; “*Nazista*”. Agora, deixamos o purgatório dos nostálgicos incorrigíveis do soberanismo estado-nacional e/ou do Estado de bem-estar social para descer até o inferno dos excomungados, i.e., dos alvos da redução liberal a Hitler, a famosa *reductio ad Hitlerum*. Não que tais alvos sejam diferentes. Simplesmente, do purgatório ao inferno, esses alvos, de acusados e legitimamente vilipendiados, são condenados e legitimamente silenciados. Alguns lembretes úteis: o fascismo e o nazismo foram derrotados em 1945. Na Europa ocidental, em 2017, salvo nos raríssimos casos, geralmente patológicos e/ou etílicos, que respeitam a genuínos nostálgicos patenteados do nacional-socialismo alemão ou do fascismo italiano, a utilização dos epítetos “nazista” ou “fascista” para designar uma pessoa ou seu discurso é abusiva, e visa interromper uma discussão perfeitamente democrática por meio da desqualificação de um dos interlocutores, em virtude de um argumento de autoridade moral que afirma ter detectado, nos argumentos ou “nas entrelinhas” dos argumentos deste, uma infração do tabu da igualdade (racial, étnica, social, etc.). Claro, em geral, o tabu sequer foi infringido: o injuriador sonda as supostas intenções remotas do injuriado, e se torna inquisidor moral

deste. Assim procedendo, ele logra hysterizar o cenário político de forma barata, para criar embates artificiosos que ofuscam lutas sociais reais, ao fingir digladiar heroicamente com... cadáveres excepcionalmente desumanos e sanguinários. Em 2017, há 3 ou 4 décadas que o uso dessa estratégia pelos liberal-libertários para animar um simulacro de vida democrática cada vez menos convincente, e para conferir certo verniz humanista à rotina da expansão capitalista através da luta “moral” contra os partidários da manutenção das fronteiras (entender: contra os inimigos coerentes do livre-comércio) constitui um avatar longínquo e soturnamente paródico da estratégia da Terceira Internacional Socialista durante a década de 1930, que visava erguer frentes antifascistas junto com os social-democratas burgueses<sup>89</sup>. E, como Kaváfis perguntou no seu mais famoso poema a respeito dos Bárbaros, creio que, se porventura nos próximos anos o caso das classes médias norte-americanas e europeias se confirmar, a esquerda cultural, consciência moral do reformismo da “terceira via”, não irá demorar para perguntar: “E agora, que vai ser de nós, sem nossos fascistas? Essa gente era uma espécie de solução.” Solução para esconder as traições sociais. Solução para dissimular as capitulações políticas. Pois, o que vai ser dos belos discursos da esquerda ambidestra, ocamente universalistas como o direito subjetivo formal, e rendosamente universalistas como o doce comércio, quando se esvairam os pudores daqueles que ela tem chamado de fascistas, e que, justo por padecerem tais pudores, não eram fascistas? Talvez a resposta a essa pergunta esteja começando a aparecer desde “o momento 2016”: pois, talvez as dezenas de milhões de *déclassés* e de perdedores da globalização que, pela sua constante submissão à hiperclasse capitalista, as esquerdas zumbis, conciliadoras e

---

<sup>89</sup> A grande diferença sendo, é claro, que, de lá para cá, nazismo e fascismo desapareceram... Porém, mesmo que ainda existissem, isto sequer seria uma garantia da impecabilidade política de quem os condena: assim, a leitura atenta de um livro importante do historiador Simon Epstein documenta meticulosamente como, na França de 1940, derrotada militarmente pela *Wehrmacht*, centenas de parlamentares dos partidos democratas (de centro-esquerda e de centro-direita), de sindicalistas, de figuras públicas notoriamente moderadas, humanistas, amiúde militantes antirracistas e filosesmitas ilustres dos anos 30, que fizeram sua fortuna política anatemizando o fascismo, e multiplicando os abaixo-assinados e as passeatas contra a extrema-direita, acabaram formando os principais batalhões arregimentados na Colaboração ativa com as tropas nazistas de ocupação. De 1940 a 1944, eles participaram ativamente de governos que promulgaram leis raciais e decretos de deportação de estrangeiros, apátridas, comunistas, sindicalistas, ciganos e judeus; isso enquanto que a imensa maioria dos alvos de seus anátemas impecavelmente democratas de “outrora”, i.e., de 1935 a 1939 (patriotas, monarquistas, bonapartistas, fascistas franceses ou belgas, etc.), se alistaram maioritariamente, ao lado dos stalinistas (que, como eles próprios, nunca se destacaram pelo apego visceral à democracia formal), na Resistência armada ao ocupante nazista. Simon Epstein – *Un paradoxe français: antiracistes dans la Collaboration, antisémites dans la Résistance*, Paris, ed. Albin Michel, 2008.

desconstrucionistas têm amplamente contribuído a produzir nos ex-países desenvolvidos de 4 décadas para cá, não estejam mais se deixando intimidar por tais injúrias. Também tenho a fraqueza de apostar que, se esta resposta se confirmar nos próximos anos, tais injúrias, daqui por diante ineficazes, cessarão, seja porque, na ocasião de circunstâncias históricas favoráveis, o iliberalismo terá logrado constituir a única alternativa, senão vagamente democrática, pelo menos vagamente política, a um liberalismo cada vez mais tecnocrático e peritocrático; seja porque o iliberalismo realizará plenamente os projetos autoritários que, com as melhores intenções do mundo, para nosso bem, as democracias liberais ocidentais já vêm esboçando há 2 décadas, em suas “luta(s)” incansáveis contra o terrorismo/preconceito/ódio/conspiracionismo, etc. : de fato, no mundo que vem, na próxima fase do capitalismo, talvez não se precise sequer da ilusão teatral do pluralismo formal. Os capitães-mores do império corporativo global nas colônias europeias endividadas serão autorizados pelos seus patrocínios a latir para lograrem encarnar sucedâneos de uma autoridade política, decerto ansiada por velhos povos arruinados, porém totalmente diluída na dominação econômica supranacional. Até lá, indagar acerca das acusações que motivam, em geral, a *Reductio ad Hitlerum* praticada pela esquerda liberal-libertária dos países ricos durante os anos 1968-2017, obriga a listar os Bárbaros úteis do progressismo societal pós-marxista, Bárbaros que (afirma este progressismo) exercem o pouco invejável monopólio de ódios comodamente “transclasses”. 7) O “Racista”; o “Antissemita”; o “Xenófobo”; o “Homófobo”; o “Misógino”, etc.: cada um desses termos designa tipos de ódios que, ao contrário dos programas políticos nazista ou fascista<sup>90</sup>, existem em 2017, até porque... ódio sempre existe, em cada ser humano, assim como maldade, egoísmo, ou mentira. Todavia, recauchutados sob o feitio de alvos políticos absolutos por um ativismo pseudo social no fundo alheio à luta de classes, esses termos passam a corresponder às diversas acusações recorrentes quando o assunto é o tal “populismo de direita”. De fato, nos anos 2000-2010, o anti-islamismo é uma

---

<sup>90</sup> Os quais corresponderam a estratégias militaristas e autoritárias patrocinadas pela alta burguesia para acabar com a bolchevização da classe operária, inevitável num contexto econômico, o dos anos 1920-1930, que era de forte industrialização dessas economias. Evidentemente, em 2017, tais estratégias seriam duplamente supérfluas: 1) depois de mais de 3 décadas de revolta das elites capitalistas, o protagonismo político-sindical das classes trabalhadoras dos países que, até 1990, estavam no centro da produção e do consumo globais de mercadorias, tem sido aniquilado; 2) as economias desses países tendem a se desindustrializar drasticamente; ora, ao se afastarem da realidade dos processos materiais de criação de valor, as camadas populares dos referidos países se veem condenadas a desempenhar, à escala global, um papel parasitário, sinônimo de um protagonismo social no melhor dos casos metafórico, no pior reacionário.

constante do ideário dos movimentos nacionalistas anti-sistema, na Europa pelo menos, devido à rejeição à forte presença de minorias muçulmanas nos solos de muitos países da UE<sup>91</sup>. Quanto ao antissemitismo, pelo contrário, muitos partidos populistas de direita passaram por uma guinada pró-sionista durante os anos 2000, a tal ponto que certos deles (o Vlaams Belang neerlandês por exemplo, ou o AfD alemão) justificam seu anti-islamismo por viés de seu filosemitismo, em nome da preservação da civilização judaico-cristã (conceito que integra o judeu ao *ethnos* local), e contra o que chamam de “terroristas muçulmanos” (expressão que expulsa o muçulmano desse mesmo *ethnos*). Enfim, no que respeita às acusações de misoginia e de homofobia, vale ressaltar que os discursos variam muitíssimo de um país para o outro: se Trump ofereceu alguns exemplos bem contundentes e cavalinos de misoginia eleitoral, os populismos de direita na França e nos Países Baixos justificam seu anti-islamismo mediante a questão da defesa da igualdade republicana total e incondicional entre homem e mulher; neste caso, as preocupações do povo-*dêmos* matizam (disfarçam?) as do povo-*ethnos*. Sendo que tal mescla demo-étnica também vigora em relação à luta dos nacionalistas contra a homofobia nos Países Baixos: destarte, antes de ser assassinado por um tolerante esquerdista defensor dos direitos animais, o intolerante líder populista Pim Fortuyn erguia a bandeira LGBT no início dos anos 2000, e associava luta contra o Alcorão e defesa da Constituição neerlandesa. Como pôde se constatar na Alemanha com os embates entre certxs militantes feministas e certos militantes antirracistas, até então aliados, embates que ocorreram no rastro das dezenas de estupros perpetrados durante a noite do Réveillon de 2016 nas ruas da cidade de Colônia por migrantes recém-chegados do Oriente-Médio<sup>92</sup>, multiculturalismo e humanismo, respeito pelas diferenças e exigência universalista, para além da pretensa interseccionalidade de suas pautas, estão gerando dialéticas inéditas e reconfigurações ideológicas inesperadas<sup>93</sup>... Para concluir, a questão que não se deve calar é a seguinte: já que a peritocracia, para sobreviver, é fadada a se aliar a parte das classes populares, quem

---

<sup>91</sup> Às vezes essa rejeição se alimenta da questão do desemprego: porque, pergunta o membro da *plebs*, deixar entrar imigrantes em períodos de crise econômica, já que isto vai intensificar a competição entre trabalhadores em prol dos exploradores? Mas vale notar que as formulações mais abertamente racistas dessa xenofobia ocorrem em países onde a taxa de desemprego é baixíssima (Finlândia, Suécia, Dinamarca, Áustria). Aí, a xenofobia se nutre de considerações que o membro do *ethnos* formula a respeito da preservação da identidade cultural tradicional, tida como orgânica.

<sup>92</sup> ...Estupros que foram equivocadamente tratados como *fake news* durante semanas pelas mídias *mainstream*...

<sup>93</sup> Assim como ocorreu na França dos anos 1930, com o liberalismo europeísta da burguesia e a luta dos social-democratas contra o fascismo e o antissemitismo. Ver nota de rodapé 91 para mais detalhes...

passará a ser chamado de “fascista” e hostilizado como tal? Não poderá mais ser o tal “populismo”<sup>94</sup>, e tampouco será a hiperclasse capitalista global<sup>95</sup>. Portanto, me parece que, infelizmente, milhões de descendentes de imigrantes rotulados, queiram ou não, como “muçulmanos”, e instalados em paz há décadas na Europa ocidental, apresentam o perfil perfeito para cimentar, à sua revelia, essa aliança por vir do identitarismo liberal de direita (nacionalismo sem soberania do povo reduzido a seu *ethnos*) e da governança peritocrática (mandatária do soberano real da dominação sem autoridade: a hiperclasse plutocrática supranacional). Aliança nada fascista, e perfeitamente liberal-democrata. *Nox Populi, vox Diaboli!... Requiescat in pace, Sinistra!...*

*Dedico esse texto a todos os Coletes Amarelos; e mais especificamente a Juan Branco, a Maxime Nicolle, a Priscillia Ludosky, a Gaspard Glanz, a Eric Drouet, a Jérôme Rodrigues, às 11 pessoas que morreram; às 144 pessoas mutiladas, que perderam um olho, uma mão, um pé...; às 2.000 que ficaram feridas; às 700 que foram condenadas por um tribunal; e às 5.500 que foram detidas desde o início dos protestos (Rio de Janeiro, março de 2019).*

### *Bibliografia*

Clouscard, Michel – *Critique du libéralisme libertaire : Généalogie de la contre-révolution libérale*, ed. L’Harmattan, 1986, reed. 2006.

Delsol, Chantal – *Le Populisme et les Demeurés de l’Histoire*, Paris/Monaco, Le Rocher, 2015.

Dowbor, Ladislau – *A era do capital improdutivo*, ed. Outras Palavras & Autonomia Literária, São Paulo, 2017.

Epstein, Simon – *Un paradoxe français: antiracistes dans la Collaboration, antisémites dans la Résistance*, Paris, ed. Albin Michel, 2008.

---

<sup>94</sup> Porque a alta burguesia vai precisar de aliados das camadas intermediárias no momento, iminente, em que o capital necessitar de reorganizações estruturais drásticas.

<sup>95</sup> Pois, neste caso, sequer haveria aliança, e o “populismo” correspondente seria, no mínimo, um trabalhismo coerente, um populismo da *plebs*. Ora, estranhamente, na exata hora em que a democracia liberal volta a ostentar um classismo incontestavelmente bélico, tanto a esquerda trabalhista quanto a esquerda anticapitalista estão em estado de morte clínica no Ocidente. E, em boa parte da Europa, não existe mais alternativa eleitoral ao discurso tecnocrático, a não ser os sucedâneos identitários...

Frank, Thomas – *Listen, liberal : Or, Whatever Happened to the Party of the People ?*, ed. Metropolitan Books, 2016.

Laclau, Ernesto – *La Razón Populista*, Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2005.

Lasch, Christopher – *A rebelião das elites e a traição da democracia*, Ediouro, 1995.

Lilla, Mark – *The once and future liberal. After identity politics*, ed. Harper Collins, 2017.

Michéa, Jean-Claude – *Impasse Adam Smith : brèves remarques sur l'impossibilité de dépasser le capitalisme sur sa gauche*, Climats, 2002.

Mouffe, Chantal – *Agonistics : thinking the world politically*, Verso, London/New York, 2013.

Piketty, Thomas – *O capital no século XXI*, ed. Intrínseca Ltda, 2014.

Slobodian, Quinn – *Globalists. The End of Empire and the Birth of Neoliberalism*, Harvard University Press, 2018.